

RELATO INTEGRADO 2020



RELATO INTEGRADO 2020

Utilize o menu superior e
navegue para os capítulos de
seu interesse

Utilize as setas e navegue
página a página pelo
documento

Clique neste ícone
para acessar o sumário

Sobre este Relato

O ano de 2020 foi atípico e muito difícil para todos nós. O mundo vem enfrentando uma pandemia do novo coronavírus, que tem gerado grandes impactos sociais e econômicos no mundo todo.

Com esse cenário, o principal objetivo do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe foi zelar pela saúde de nossos colaboradores, além de buscar o aprimoramento e a readaptação administrativa para auxiliar a classe contábil no cumprimento de seu papel essencial nesse momento: atuar na mitigação da crise e na retomada do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe.

E para atingirmos esse objetivo, foi necessário nos adaptar às mudanças ocasionadas pela pandemia, adotando o regime de teletrabalho e a realização de eventos e reuniões de forma virtual.

Potencializamos também os nossos canais de comunicação com abordagens de temas de interesse da

classe contábil, mais precisamente sobre as alterações na legislação.

Sendo assim, o objetivo deste Relatório Integrado (RI) é apresentar as principais práticas, inovações e investimentos que realizamos ao longo de 2020 para o pleno funcionamento do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, mesmo diante das adversidades que vivemos. É importante ressaltar que o RI, que chega a sua terceira edição, tornou-se uma das nossas principais publicações de informação, sendo um instrumento fundamental para o acompanhamento e mensuração de nossas ações.

Agradecemos o esforço e dedicação dos nossos colaboradores e parceiros e, também, aproveitamos o espaço para nos solidarizar com todas as perdas causadas pela Covid-19.

Boa leitura!

Aracaju(se), 15 de março de 2021.

Téc. Cont. Maria Ederilda Pereira de Souza
Diretora Executiva

Sumário

• Mensagem do Presidente.....	4
• Quem Somos.....	5
• Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	6
• O CRCSE.....	7
• Ambiente Externo.....	8
• Principais canais de comunicação com a sociedade.....	9
• Cadeia de Valor.....	10
• Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....	11
• Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....	12
• Monitoramento.....	13
• Governança, Estratégia e Desempenho.....	14
• Governança.....	15
• Estratégia.....	18
• Alocação de recursos.....	19
• Desempenho.....	20
• Gestão de Pessoas.....	26
• Gestão de Licitações e Contratos incluindo de TI.....	27
• Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.....	28
• Declaração do Contador.....	29
• Gestão Orçamentária e Financeira.....	30
• Execução Orçamentária.....	31
• Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	32
• Gestão de Custos.....	33
• Balanço Patrimonial.....	34
• Demonstração das Variações Patrimoniais.....	35
• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	35
• Balanço Financeiro.....	35
• Balanço Orçamentário.....	36
• Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	37
• Restos a Pagar Processados.....	37
• Notas Explicativas.....	38

#somoscontabeis

Mensagem do Presidente

O mundo atravessa um período histórico lastimável. A Covid-19 trouxe perdas humanas, sociais e econômicas. A pandemia causada pelo novo coronavírus alterou a dinâmica do relacionamento em comunidade e nos obrigou a viver em um “novo normal” em meio a uma crise sanitária que, até o momento, não apresenta sinais de recuperação.

No Brasil, as incertezas quanto ao cenário econômico e a grande quantidade de normas publicadas pelo Governo Federal para mitigar os impactos da pandemia obrigaram as empresas e a sociedade a se adaptarem em um curto espaço de tempo. Diante desse cenário, mais uma vez, a figura do profissional da contabilidade se mostrou essencial para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

O Sistema Contábil Brasileiro buscou assegurar o reconhecimento como entidades participantes desse processo e que contribuem para o pleno exercício da profissão contábil, não medindo esforços para lidar com a crise.

Desde março, quando foi publicado o decreto que reconheceu o estado de calamidade pública no Brasil em decorrência do coronavírus, o CRCSE tem trabalhado no enfrentamento desta fase tão difícil, instituindo medidas acerca da preservação da saúde dos nossos colaboradores no enfrentamento desta fase tão difícil. Em teletrabalho, o comprometimento do corpo funcional do CRCSE foi fundamental para a continuidade na prestação dos serviços,

bem como na contribuição para o pleno exercício da profissão contábil na proteção do interesse público.

De fato, a meta principal se resumiu em mitigar as consequências da Covid-19 e trabalhar para auxiliar o profissional da contabilidade.

No entanto, nesse período, a área de fiscalização do CRCSE mesmo orientada a realizar o trabalho de forma remota, alcançou a meta estabelecida em sua totalidade. Sendo assim, os dados apresentados neste relatório mostram que o fato de não ter ocorrido fiscalização *in loco* durante o período pandêmico não significou o adiamento dos trabalhos internos, tampouco fez com que o CRCSE deixasse de honrar seu compromisso com a classe contábil e com o interesse público.

Na área de Registro, a obrigatoriedade da aprovação em Exame de Suficiência para a obtenção de registro profissional e as orientações nacionais e internacionais das autoridades de saúde acerca do distanciamento social levaram o CFC a modificar, neste período, o formato de aplicação da prova, aderindo à modalidade “on-line”. No exercício de 2020, somente foi possível a realização de uma edição, e o Estado de Sergipe fez parte do certame com 347 candidatos inscritos, obtendo uma aprovação de 41,03%.

Com vistas a atender ao disposto na Lei n.º 12.249/2010, que define a promoção da educação continuada como competência



Contador Vanderson da Silva Melo,
presidente do CRCSE

dos Conselhos de Contabilidade, o CRCSE intensificou a realização de eventos virtuais para a capacitação da classe contábil neste Estado. Devido à pandemia, houve redução da pontuação anual mínima exigida para o cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), de 40 para 20 pontos.

As decisões do Plenário, órgão deliberativo superior do CRCSE, são regidas pelo interesse do exercício da profissão, promovendo medidas necessárias a sua regularidade e defesa. Partindo dessa premissa e com a chegada da pandemia, as Reuniões Re-

gimentais passaram a ser realizadas na modalidade telepresencial e as decisões aprovadas pelo órgão foram intensificadas, visando não prejudicar os profissionais de contabilidade deste Estado.

Em síntese, o Relatório Integrado 2020, traz de forma sistemática e fidedigna a visão geral e organizacional do CRCSE no exercício de 2021, os riscos, oportunidades, perspectivas e as ações de governança institucionais aplicadas na gestão da alocação dos recursos públicos. Além disso, demonstra a saúde financeira da Autarquia por meio de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, dando ênfase a transparência e pensando no accountability.

Por fim, ressalto que o objetivo do relatório Integrado 2020, além de apresentar a execução das atividades do CRCSE durante o ano, é o resultado do gerenciamento de uma crise sem precedentes que trouxe grandes desafios e que continuarão sendo enfrentados nos anos seguintes. É importante ressaltar que o CRCSE não poupou e não poupará esforços para colaborar com os profissionais de contabilidade do Estado de Sergipe no que estiver ao seu alcance.

Além de boa leitura, desejamos dias melhores para todos nós!

Contador Vanderson da Silva Melo
Presidente do CRCSE

Quem somos

Números do CRCSE





VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



O CRCSE

Criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, e alterado pela Lei n.º 12.249/2010, o Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE) é uma Autarquia Especial Corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público. O referido Decreto-Lei estabelece a estrutura, a organização e o funcionamento; e a Resolução CFC n.º 1.370/2011 e suas alterações posteriores, aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O CRCSE é integrado pelo plenário, no total de 12 conselheiros efetivos e igual número de suplentes – Decreto-Lei n.º 1.040/1969, alterado pela Lei n.º 11.160/2005 e pela Lei n.º 12.932/2013, e Resolução CRCSE nº 528/2019.

São funções do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe

- Registrar, orientar, fiscalizar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o Estado de Sergipe.
- Promover a Educação Continuada,
- Executar projetos de interesse social e profissional, de maneira a melhor encaminhar as soluções de problemas referentes à profissão contábil e alcançar objetivos relacionados com o aprimoramento técnico, educacional e cultural da classe contábil.

Principais normas da entidade clique e leia

Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

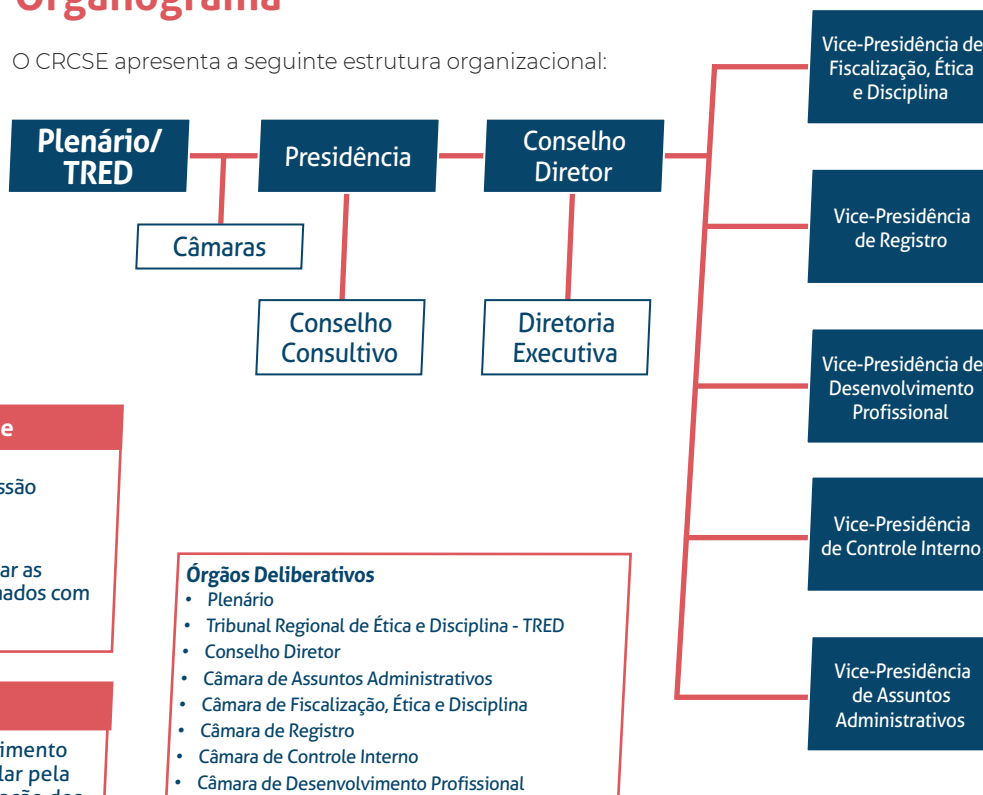
Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

Organograma

O CRCSE apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Órgãos Executivos

- Presidência
Contador Vanderson da Silva Mélo
- Vice-Presidência de Assuntos Administrativos
Contador Ionas Santos Mariano
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
Contador Jorge Luiz dos Santos
- Vice-Presidência de Registro
Contador Cleaylton Ribeiro de M. Gonçalves
- Vice-Presidência de Controle Interno
Contador Francisco José Alves Correia Lima
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
Contadora Gilvânia Andrade do Nascimento

Instâncias de Representação e Apoio Institucional

- Conselho Consultivo
- Delegacias e Representações
- Comissões de Estudos Técnicos

Instâncias de Apoio à Governança

- Ouvidoria
- Comissões administrativas e comissões especiais

Ambiente Externo

Estamos enfrentando um inimigo coletivo, que tem causado prejuízos no mundo todo, espalhando uma doença letal, que nos atinge de forma indiscriminada e ameaça a todos. Diante das ameaças sociais e econômicas as quais fomos expostos pela pandemia do novo corona vírus, a resposta da classe contábil precisou ser consciente quanto à responsabilidade acerca da saúde coletiva e do bem-estar social, ao passo que atua em ações racionais e eficazes de enfrentamento à propagação do vírus.

Um dos principais desafios enfrentados nesse período foi à atualização dos profissionais da contabilidade diante da grande quantidade de atos normativos publicados. Durante o ano de 2020, em razão da pandemia, ocorreram mais de 3.000 mudanças na legislação, em âmbito federal e estadual, alterando significativamente a rotina das empresas.

Uma das atribuições dos profissionais da contabilidade é trabalhar junto às empresas, no intuito de manter equilibrado o fluxo de caixa e, se necessário, dispor orientações acerca de créditos ofertados pelo Governo, que proporcionam maior vantagem, já que foram concebidos a partir do cenário de crise econômica, como foi o caso do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Além disso, profissionais da contabilidade dedicaram-se com afinco a manter estável a saúde financeira dessas empresas e à manutenção do emprego e da renda dos cidadãos brasileiros, auxiliando na celebração de mais de 15 milhões de acordos trabalhistas, no âmbito do Programa Emer-

gencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Medida Provisória n.º 936/2020.

Entre as principais ações, o CRCSE estreitou relações com diversos órgãos do Estado, como Secretaria do Estado da Fazenda, Secretaria da Fazenda Municipal de Aracaju, Receita Federal do Brasil e Tribunal de Contas do Estado de Sergipe com solicitações de prorrogação de prazos de entrega de obrigações acessórias entre outras. A medida foi tomada na tentativa de minimizar os impactos sociais resultantes da crise econômica causada pela pandemia do novo corona vírus.

Em 2020, o CRCSE promoveu 15 eventos, sendo 03 presenciais e 12 na modalidade on-line, além da CONECON – CONEXÃO NORDESTE DE CONTABILIDADE em conjunto com os nove Estados do Nordeste, no período de 21 a 23 de outubro de 2020 e teve como tema central “Vamos contar uma Nova história”. Com a pandemia, a pontuação mínima no Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) passou de 40 para 20 pontos (Deliberação CFC n.º 55/2020). A pontuação, como de praxe, deve ser alcançada ao longo de um ano e apresentada até 31/01 do ano subsequente à realização das atividades. Os profissionais que não alcançam a meta podem ser retirados do CNAI e do CNPC. A flexibilização foi feita em virtude das dificuldades inerentes ao cumprimento dessa obrigação em meio ao isolamento social. Ainda que haja uma oferta significativa de eventos on-line, que podem contar para o PEPC, entende-se que muitas atividades, como as relacionadas à docência, foram prejudicadas.

Além disso, neste momento, a rotina dos

contadores e o pleno acesso às estruturas que permitem o estudo também foram impactados. Foi um período difícil, mas mostrou a importância do trabalho coletivo, da responsabilidade social e da essencialidade do profissional da contabilidade para a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico sustentável do país.

Principais canais de comunicação com a sociedade

Ouvidoria

A Ouvidoria do CRCSE é uma ferramenta de participação e controle social que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos profissionais da área contábil e à sociedade, buscando o aperfeiçoamento da gestão, do processo de prestação de serviços e a satisfação do seu usuário. Deste modo, recebe as manifestações dos interessados por meio de sistema integrado de ouvidorias do CFC/CRCs, buscando soluções para cada caso.

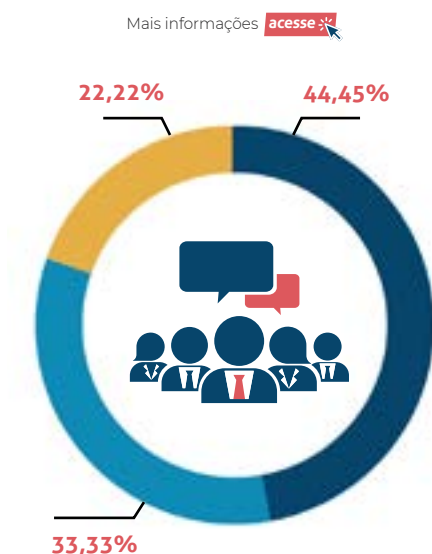
Em 2020, o sistema de Ouvidoria do Sistema CFC/CRCs permaneceu inoperante por um período, o que impossibilitou o cadastro de novas manifestações e ocasionou perda das informações cadastradas anteriormente. Foi possível recuperar parcialmente o conteúdo das manifestações, porém os dados sociodemográficos para a caracterização do grupo de manifestantes – a exemplo da ocupação, local de residência e nível de escolaridade – não são conhecidos. O mesmo acontece com informações referentes ao tempo médio de respostas e a pesquisa de satisfação do usuário.

Áreas com maior demanda

33,33%	22,22%
Administrativa	Fiscalização
33,33%	11,11%
Registro	Desenv. Profissional

Temas mais frequentes

33,33%	22,22%	44,44%
Procedimentos de setores	Anuidade	Outros



- Reclamação
- Solicitação
- Denúncia anônima

Portal da Transparência

Desde 2014, o CRCSE mantém disponível o Portal da Transparência, que possibilita ao cidadão conhecer, entre outras informações, a estrutura organizacional, os atos normativos, o quadro de pessoal, as licitações, os contratos, as demonstrações contábeis e o processo de prestação de contas do Conselho.

As informações são atualizadas de forma periódica e a estrutura do sistema é constantemente avaliada para atendimento do interesse público.

Mais informações [acesse](#)



Assuntos mais acessados em 2020

Atos Normativos **19,57%**

Quadro de Pessoal **16,27%**

Dados Estatísticos **12,50%**

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Com o objetivo de facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, o Conselho Federal de Contabilidade disponibiliza sistema informatizado para registro de pedidos de acesso à informação. Por meio do sistema, além de realizar o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado, entrar com recursos e consultar as respostas recebidas.

Mais informações [acesse](#)

2020

0 Pedidos

0 Recursos

Comunicação Institucional

f **3.250** seguidores

t **1.634** seguidores

@ **4.990** seguidores

Acessos ao portal do CRCSE

111.548

Cadeia de Valor

Nossa cadeia de valor está estruturada nos quatro pilares da nossa Lei de Regência, que viabiliza ao CRCSE registrar, fiscalizar o exercício da profissão contábil, além de promover a Educação Continuada dos profissionais.





RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

A busca em concretizar os objetivos estratégicos envolve a exposição a riscos inerentes ao exercício das atividades e as mudanças ocorridas no ambiente externo. Diante disso, é importante a realização de um efetivo e adequado processo de gestão de riscos, a fim de que seja proporcionada segurança razoável para o alcance de metas, a melhoria no processo de tomada de decisões, um uso eficiente de recursos e, consequentemente, à melhoria da prestação do serviço.

No CRCSE, os normativos que regem o processo de gestão de riscos são a Resolução CRCSE nº 536/2019 - Política de Gestão de Riscos do CRCSE e a Resolução CRCSE nº 537/2019 - Plano de Gestão de Riscos do CRCSE. De forma sistemática, as resoluções estabelecem os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e a metodologia que regem a gestão de riscos, com vistas ao alcance das diretrizes estratégicas, à otimização de recursos e ao melhor desempenho organizacional.

Natureza do Risco	Categoria do Risco
Não orçamentário-financeira	Estratégico: eventos que podem impactar na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos do CRCSE.
	Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e a eficiência dos processos.
	Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
	Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CRCSE em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem.
Orçamentário-financeira	Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CRCSE, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.
	Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do CRCSE.
	Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CRCSE de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.

Responsabilidades

Plenário

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações.
- Aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações.

Conselho Diretor

- Propor ao Plenário do CRCSE a Política de Gestão de Riscos e suas alterações.
- Acompanhar a execução do Plano de Gestão de Riscos.
- Acompanhar a Matriz Gerencial de Riscos.

Presidência

- Definir a Política de Gestão de Riscos.
- Avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos.
- Definir o apetite a risco do CRCSE.
- Aprovar a indicação dos gestores de riscos.

Diretoria Executiva

- Gerenciar a implementação da gestão de riscos.
- Definir os processos prioritários para a gestão de riscos.
- Comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos.
- Dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais.
- Orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão.

Comitê de Gestão de Riscos

- Elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CRCSE.
- Assessorar a alta direção.
- Comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos.
- Recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos do CRCSE.
- Tratar os casos omissos e as exceções da Política de Gestão de Riscos do CRCSE.
- Estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos.
- Realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas.
- Orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos.
- Elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'.
- Comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos.

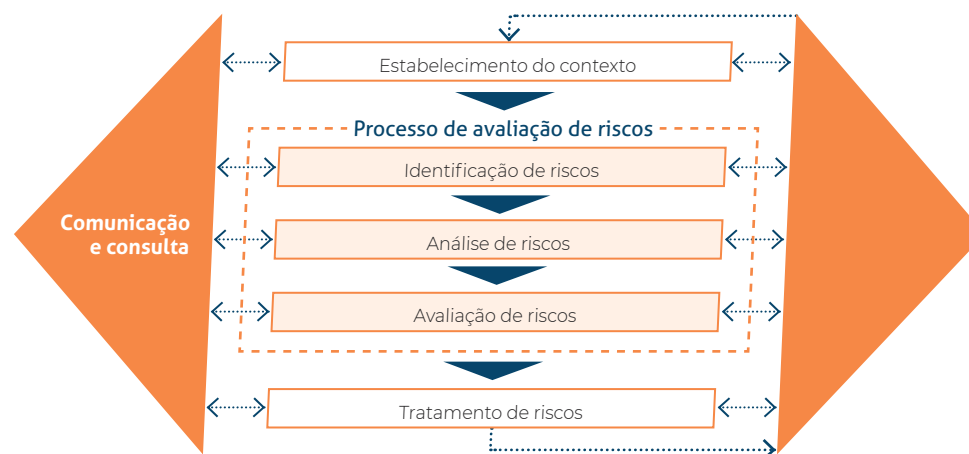
Gestores de Áreas

- Sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos;
- Monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área.
- Validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos.
- Monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área.
- Comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos.

Gestores dos Riscos

- Executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade.
- Comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos.

Fluxo de Operacionalização



Monitoramento

Etapa contínua e essencial ao processo de Gestão de Riscos, o monitoramento dos planos de ação dos riscos identificados visa observar possíveis mudanças no perfil do risco e ajustar respostas, prioridades e prazos anteriormente definidos.

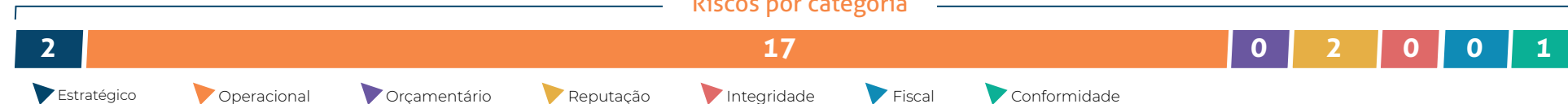
O Conselho Diretor do CRCSE realiza o monitoramento mensal dos principais riscos da entidade, classificados como 'Extremos' e 'Altos' e também de todos os riscos de integridade, identificados nos processos.



Principais riscos e respostas

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Categoria	Resposta	Plano de Ação
Contágio e propagação do Coronavírus no ambiente de trabalho e nos eventos promovidos pelo CRCSE	Alto	Muito Alto	Muito Alto	Operacional	Mitigar	Emissão de Portarias sobre medidas de combate ao contágio e à propagação do Coronavírus no CRCSE; cancelamento de eventos presenciais e de representações em eventos da classe contábil; adoção de reuniões por videoconferência; campanhas de conscientização de combate ao vírus; adoção de home office a todos os empregados e estagiários durante o período de 23 de março a 15 de setembro; retomada do trabalho presencial em 16 de setembro de 2020 e manutenção do grupo de risco em home office.
Ausência do Plano de Prevenção de Combate a Incêndio (PPCI) e do sistema de alarme de detecção de incêndio	Alto	Alto	Alto	Conformidade	Reduzir / Mitigar	Criar Comissão de Estudos para realização de levantamento da importância da implantação do Plano de Prevenção de Combate a Incêndio no âmbito do CRCSE.
Alteração/remoção da integridade de dados, por pessoas sem permissão de acesso privilegiado, mediante recebimento de vantagem indevida.	Alto	Alto	Alto	Operacional	Reduzir / Mitigar	Qualificar os funcionários com o conhecimento mínimo e necessário, para nos diversos setores administrativos do Regional.

Riscos por categoria



<p>Principais oportunidades e ações de fomento</p>	<p>Parcerias com entidades públicas e sem fins lucrativos, com o objetivo de fomentar a fiscalização profissional e o aprimoramento das atribuições institucionais do CRCSE.</p> <p>Ação de fomento Celebração de parcerias com Receita Federal do Brasil; SEFAZ/SE; SEMFAZ; JUCSE dentre outros.</p>	<p>Relacionamento com outros Conselhos de Profissões Regulamentadas.</p> <p>Ação de fomento Participação de representante do CRCSE nas reuniões do Fórum dos Conselhos de Profissões</p>	<p>Oferecimento de capacitação gratuita e à distância.</p> <p>Ação de fomento Acompanhamento das capacitações oferecidas gratuitamente.</p>	<p>Acórdãos e recomendações dos órgãos de Controle Externo.</p> <p>Ação de fomento Monitoramento das decisões judiciais e dos órgãos de controle externo para verificar a necessidade de adequação dos normativos internos.</p>
---	--	---	--	---

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



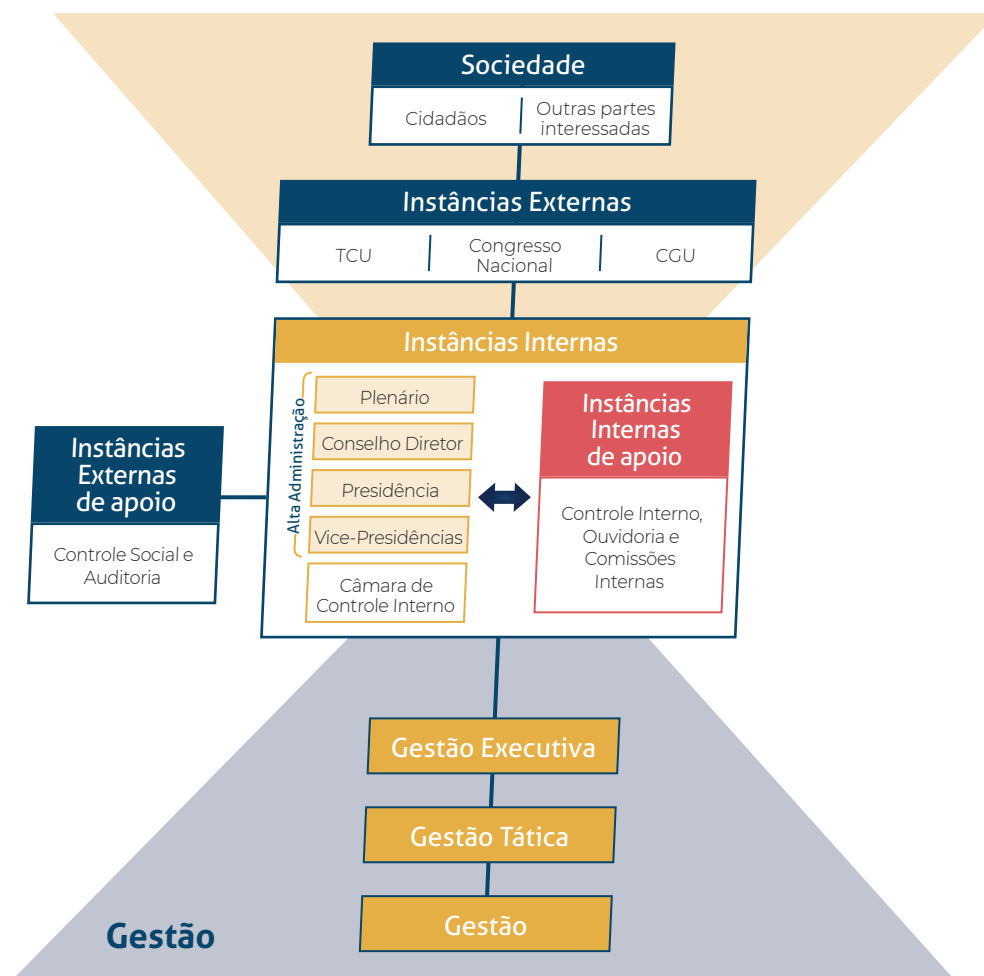
Governança

Considerando a Governança como a combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar, avaliar e monitorar as atividades da organização, a fim de melhor alcançar os seus objetivos, a Resolução CFC n.º 1.549, de 20 de setembro de 2018, instituiu a Política de Governança no âmbito do Sis-

tema CFC/CRCs, com a finalidade de definir a estrutura da governança do CFC e a estrutura mínima de organização da governança dos CRCs. Com isso, buscou-se estabelecer um sistema com fluxo claro de informações, com instâncias internas bem definidas, poderes de decisão balanceados e funções críticas segregadas, tudo em conformidade com

as determinações expostas por meio dos Acórdãos do TCU n.º 558/2018 e 2.699/2018, da lavra do Ministro Bruno Dantas.

No Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, a Governança compreende a seguinte estrutura abaixo:



Fonte: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública

A Política Pública de Governança no âmbito do CRCSE foi instituída pela Resolução CRCSE Nº 536, aprovada em 18 de dezembro de 2019, com o objetivo de direcionar e monitorar as estratégias, políticas e planos institucionais, alinhando as ações às necessidades das partes interessadas, de modo a assegurar o alcance dos objetivos e a prestação de serviços

de qualidade; aperfeiçoar os controles internos e implementar a gestão de risco aos processos e procedimentos de trabalho, garantindo sua eficácia e melhoria no desempenho das atividades; promover a comunicação aberta, voluntária e transparente, fortalecendo a participação social e o acesso público à informação, entre outros.

O quadro a seguir demonstra o atendimento às práticas de Governança no CRCSE

Para saber mais sobre os conceitos relacionados às práticas de governança listadas abaixo



Mecanismo Liderança	Pessoas e Competências	Princípios e Comportamentos	Liderança Organizacional	Sistema de Governança
	L1.1 - Eleição dos membros do Plenário do CRCSE; Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CRCSE.	L2.1 - Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	L3.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores;Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício.	L4.1 - Regimento Interno do CRCSE; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCSE.
	L1.2 - Plano de Desenvolvimento de Líderes do CRCSE	L2.2 - Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCSE.	L3.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	L4.2 - Regimento Interno do CRCSE; Limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCSE.
		L2.3 - Comissão de Gestão da Governança Organizacional e Compliance no Âmbito do CRCSE; Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCSE.	L3.3 - Decreto-Lei nº 1.040/69 - Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências; Portaria que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCSE.	L4.3 - Regimento Interno do CRCSE; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCSE.
	L1.4 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CRCSE.		L3.4 - Política de Gestão de Riscos do CRCSE e Plano de Gestão de Riscos do CRCSE; Comitê de Gestão de Riscos do CRCSE.	
		L3.5 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.		

Mecanismo Estratégia	Relacionamento com Partes Interessadas	Estratégia Organizacional	Alinhamento Transorganizacional
	E1.1 - Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CRCSE; Resolução CFC nº 1.544/18 - Regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, previstas na Lei nº 13.460/17, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	E3.1 - Política de Governança do Sistema CFC/CRCs; Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
	E1.2 - Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	
	E1.3 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Indicadores 2, 3, 4 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	E2.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	
	E1.4 - Plano de Trabalho do CRCSE; Relatório de Gestão.		

Mecanismo Controle	Gestão de Riscos e Controle Interno	Auditoria Interna	Accountability e Transparência
	C1.1 - Regimento Interno do CRCSE; Política de Gestão de Riscos do CRCSE; Plano de Gestão de Riscos do CRCSE.	C2.1 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regimento Interno do CRCSE.	C3.1 - Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CRCSE.
	C1.2 - Política de Gestão de Riscos do CRCSE; Plano de Gestão de Riscos do CRCSE; Comitê de Gestão de Riscos do CRCSE.	C2.2 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Eleição dos membros do Plenário do CRCSE; Plano de Cargos e Salários do CRCSE.	C3.2 - Resolução CFC nº 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.
		C2.3 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Política de Governança do Sistema CFC/CRCs.	C3.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
			C3.4 - Processo Administrativo Disciplinar do CRCSE; Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs; Comissão de Acompanhamento e avaliação de conduta do CRCSE.

Lei Geral de Proteção de Dados

Com o advento da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, em meios físicos e digitais, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos à liberdade e à privacidade da pessoa natural, o Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe buscou, de imediato, iniciar as tratativas para criação da Comissão de Implantação da LGPD no âmbito do CRCSE, seguindo as diretrizes estabelecidas no projeto do Conselho Federal de Contabilidade. A implantação da LGPD será subsidiada por meio do Conselho Federal de Contabilidade.

A perspectiva da administração é que sejam instituídas ainda em janeiro de 2021, as portarias que nomeiam os membros da Comissão e o encarregado (a) pelo tratamento de dados pessoais do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe referente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A meta é que as ações estejam implantadas e em operação até maio de 2021.

Prioridades

As prioridades da gestão 2020 foram evidenciadas por meio da execução dos seguintes programas e recursos alocados:

1 Ações inovadoras na fiscalização do exercício profissional, a fim de gerar dados que viabilizem o cruzamento de informações e proporcionem efetividade na proteção da sociedade..	2 Ações inovadoras em relação ao registro, que resultem no cadastramento de novos profissionais e organizações contábeis e ainda proporcionem a atualização de endereço dos profissionais ativos.	3 Oferecimento de cursos de capacitação gratuitos aos profissionais registrados, sobre assuntos técnicos, visando a orientação e a melhoria dos serviços prestados pelos profissionais da contabilidade.
6 Ações de cobrança e novas metodologias que proporcionem melhores resultados financeiros e reduzam a inadimplência.	4 Treinamento e capacitação de pessoal tendo em vista a necessidade de acompanhamento das mudanças na legislação vigente e do aperfeiçoamento nos serviços prestados, bem como fortalecer habilidades pessoais de conselheiros e empregados.	5 Investimentos em tecnologia da informação para cumprimento de 3 (três) itens do Plano Diretor de TI.
7 Ações de responsabilidade socioambiental que aperfeiçoem o relacionamento com a sociedade.	8 A elaboração do Plano Anual de Contratações em consonância com os projetos dispostos no Plano de Trabalho e Orçamento, de modo que sejam consolidadas as ações que o CRCSE pretende realizar ou prorrogar, no exercício subsequente.	9 Dar publicidade, em mídia social e em outros meios de comunicação, às ações desenvolvidas pelo CRCSE como forma de prestar contas e identificar um maior número de profissionais.

Cabe salientar, ainda, a atipicidade do ano de 2020 ocasionada pela pandemia do Coronavírus. Fez-se necessário, por parte do CRCSE, a adaptação de processos para o melhor atendimento à missão institucional do CRCSE, qual seja, “Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público”.

Nesse sentido, destacam-se as ações promovidas pelo CRCSE:

- **Suspensão das reuniões e eventos promovidos pelo CRCSE em formato presencial;**
- **Cancelamento das viagens em âmbito nacional e internacional de conselheiros, colaboradores e funcionários do CRCSE;**
- **Adoção de home Office para todos os empregados e estagiários do CRCSE no período de 23 de março a 14 de setembro;**
- **Retorno gradual das atividades em 14 de setembro de 2020; exceto aos colaboradores pertencentes a grupos de risco;**
- **Realização de reuniões regimentais por videoconferência, de março a outubro de 2020;**
- **Realização de várias ações virtuais de Educação Continuada, por meio de lives ;**
- **Elaboração de cartilha distribuída internamente aos colaboradores do CRCSE, reforçando a adoção de medidas de combate à COVID-19.**

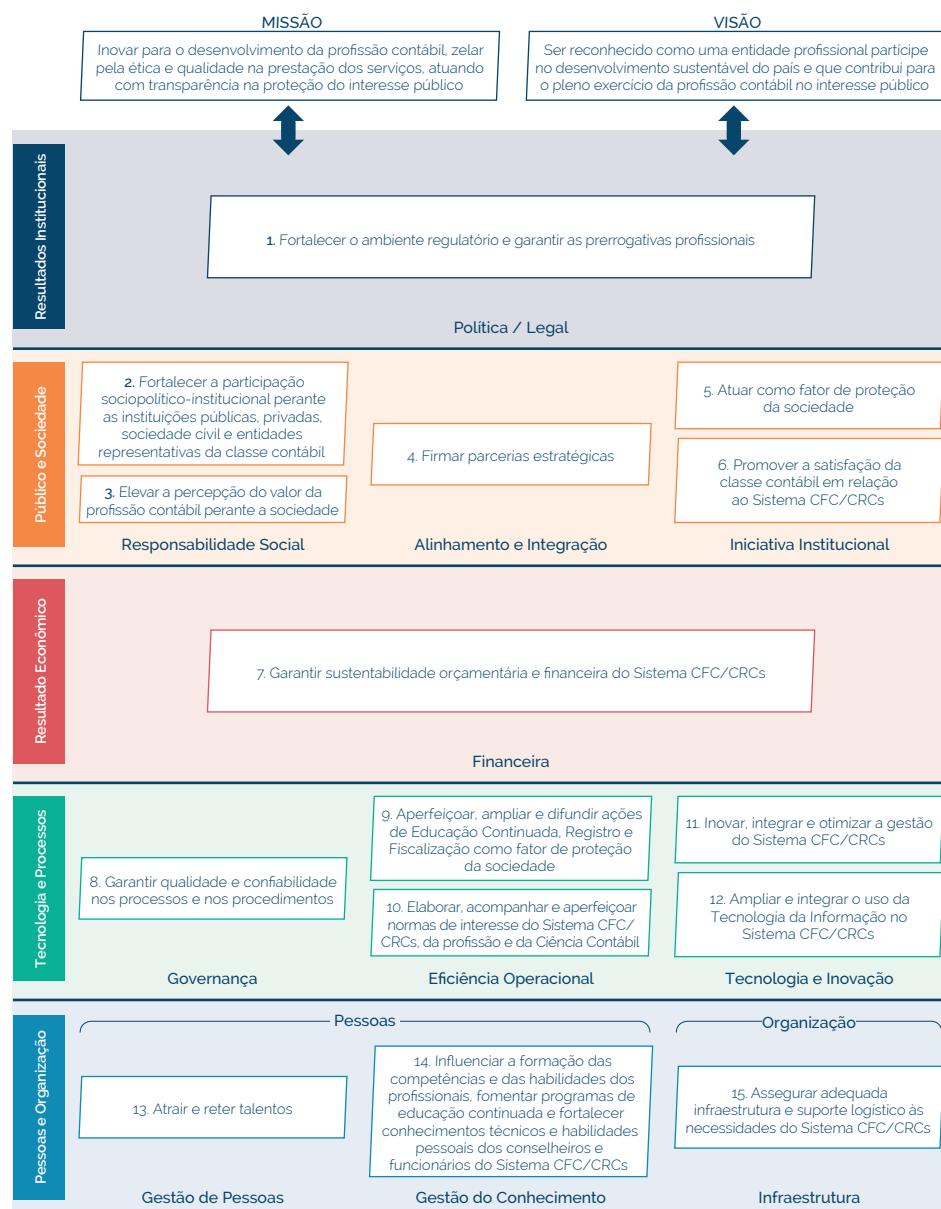
Estratégia

O CFC definiu as estratégias de direcionamento das ações do Sistema CFC/CRCs por meio do Planejamento Estratégico aprovado pela Resolução CFC n.º 1.543, de 16 de agosto de 2018, com vigência para o período de 2018 a 2027, cuja missão, visão e valores foram apresentados na página 7 deste Relato.

Em fevereiro de 2020, o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs foi revalidado durante a realização do Seminário de Gestão e Planejamento Estratégico, Governança e Diretrizes Gerais do Sistema Contábil. O evento ocorreu no Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do TCU e contou com a presença dos presidentes e vice-presidentes de todos os Conselhos de Contabilidade.

Durante dois dias os participantes foram capacitados, visando à melhoria da gestão estratégica e da governança institucional, a partir da discussão dos objetivos estratégicos e seus indicadores; das metas e projetos de cada vice-presidência; das ações de governança para o Sistema CFC/ CRCs; das orientações sobre o Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos de Contabilidade; e de palestras que abordaram, entre outros assuntos, os aspectos gerais sobre licitações; Sistema da Qualidade e o papel das Ouvidorias.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Gestão de Fiscalização Profissional

Investimento total:
R\$ 1.102.597,57

Projetos em destaque:

Reuniões Regimentais

5

Fiscalização das Organizações Contábeis e dos Profissionais de Contabilidade

9

Gestão de Registro

Investimento total:
R\$ 33.938,29

Projetos em destaque:

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

9

Gestão de Educação Continuada

Investimento total:
R\$ 231.585,35

Projetos em destaque:

Promover a Educação Continuada

9

Promover a Educação Continuada - Encontros / Seminários / Fórum / Jornadas

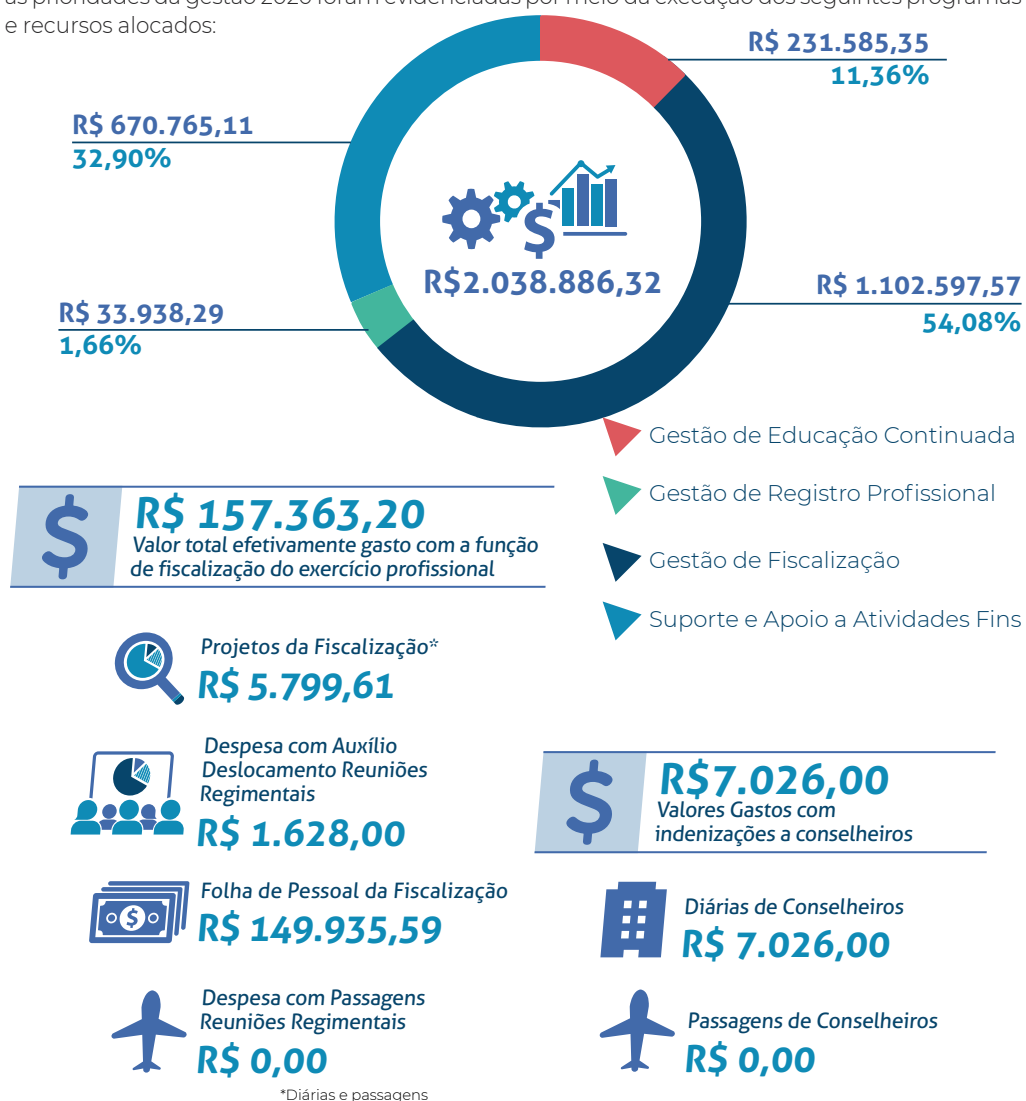
9

Excelência na Contabilidade - Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

14

Alocação de Recursos

Considerando que os objetivos devem traduzir em ações operacionais o desempenho da entidade, correlacionando os projetos, as metas e os indicadores estratégicos à visão e à missão institucional, as prioridades da gestão 2020 foram evidenciadas por meio da execução dos seguintes programas e recursos alocados:



Atividade de correção e apuração de ilícitos administrativos

De acordo com o art. 6º do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, foi criado através da Resolução CRCSE N.º 530/2019, o Regimento Interno da Comissão de Conduta do CRCSE.

Nesse sentido, visando à garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos, cabe ao CRCSE o exercício da atividade de correção e apuração de ilícitos administrativos, atuando por meio de instauração de processo de sindicância e inquérito administrativo e das atividades desempenhadas pela comissão de conduta para apuração de infrações cometidas por conselheiros, colaboradores e funcionários do CRCSE.

Legislação Aplicada

Resolução CFC n.º 1.370/2011 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, art. 19-A §2º e §5º;

Resolução CFC n.º 1.523/2017 - Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários do Conselho Federal e Regionais de Contabilidade;

Resolução CRCSE N.º 530/2019 - Regimento da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe - CRCSE.

Resultado da atividade correicional exercida pelo CRCSE em 2020:

1 Apuração de indícios de infração à conduta ética cometida por Conselheiros, Colaboradores e funcionários, apurados pelas Comissões de Conduta do CRCSE.

0 Denúncias recebidas

Não houve ocorrências em 2020

0 Denúncias com abertura de PAC

Não houve ocorrências em 2020

Desempenho

O CRCSE adota o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) e o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) como formas de monitorar a execução e os resultados do planejamento.

O SGI monitora o desempenho dos objetivos estratégicos por meio de indicadores. O SPT permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas.

Por meio dessas ferramentas de gestão, o CRCSE mantém controle sobre os programas, projetos e atividades desenvolvidas, buscando alcançar a visão de futuro da instituição e atender suas finalidades institucionais, as quais estão dispostas no Planejamento Estratégico do período 2018-2027.

Nas páginas a seguir, para cada área finalística do CRCSE – Fiscalização, Registro e Educação Continuada –, são apresentadas análises sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT e investimento total.

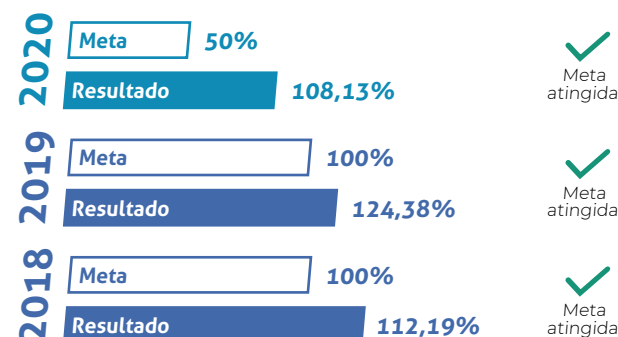
Fiscalização

A Fiscalização tem como premissa a defesa e a valorização da profissão contábil e dos princípios éticos, consubstanciados no Código de Ética da profissão e no Decreto-Lei n.º 9.295/1946. Ao CFC cabe estabelecer as diretrizes de fiscalização para todos os Conselhos Regionais e desenvolver ações de acompanhamento e assessoramento às Câmaras e ao Setor de Fiscalização dos CRCs. A execução dos procedimentos fiscalizatórios é realizada diretamente pelo CRCSE e tem por objetivo verificar a regularidade cadastral e a execução de trabalhos técnicos privativos dos profissionais da contabilidade e a apuração de denúncias.

R\$1.102.597,57
Investimento total

Indicadores

Índice de realização de diligências geral



Em função da pandemia causada pelo novo coronavírus, medidas foram adotadas com vistas a preservar a saúde dos fiscais do CRCSE, demais agentes públicos, profissionais da contabilidade e usuários em geral, medidas como a redução da meta de realização de diligências, a suspensão dos prazos processuais e do envio de notificações e autos de infração aos fiscalizados e autuados até o dia 30 de junho. Tais ações refletiram diretamente no percentual de realização das diligências do CRCSE. De qualquer forma, nesse período a área de Fiscalização do Regional foi orientada a promover e a incentivar o trabalho de fiscalização de forma remota, considerando: a verificação de demonstrações contábeis publicadas ou obtidas por meio de convênios; a consulta nos portais de transparência (exercício profissional, demonstrações contábeis e relatórios de auditoria); e a elaboração de notificações nos casos de exercício ilegal (sem registro) para envio após o período de suspensão.

Com foco na proteção à sociedade e no combate ao mau

profissional, por meio da efetividade dos procedimentos fiscalizatórios, o CRCSE alcançou os seguintes resultados:

173 Diligências (fiscalizações proativas)

224
procedimentos
fiscalizatórios

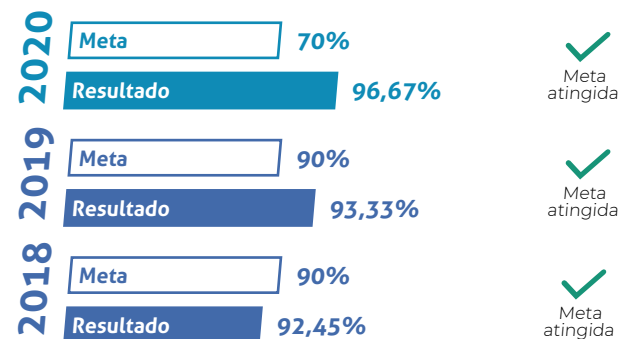
100
organizações
contábeis fiscalizadas

220
Profissionais e Leigos (pessoas físicas atuando sem registro) fiscalizados, tanto na área pública quanto privada

13 Denúncias (fiscalizações reativas)
80% Denúncias apuradas
69 Autos de infração
137 Notificações
69 processos ético-disciplinares e de fiscalização
2 processos julgados em 2ª instância contra pessoas físicas e jurídicas atuando sem registro

Os números mostram que a ausência de fiscalizações realizadas in loco não significou o adiamento dos trabalhos internos e o CRCSE continuou a honrar seu compromisso com a profissão contábil e com o interesse público.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização



O CRCSE investido da condição de Tribunal Regional de Ética e Disciplina, por intermédio de sua Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, proferem as decisões de 1ª instância em relação aos processos de fiscalização. E compete ao CFC acompanhar a instrução e o trâmite dos processos administrativos de fiscalização do Sistema CFC/CRCs em grau de recurso, denominado de julgamento em 2ª instância.

180
Dias

Prazo de julgamento (contados da data de recebimento AR no CRCSE até a data da sessão de julgamento)

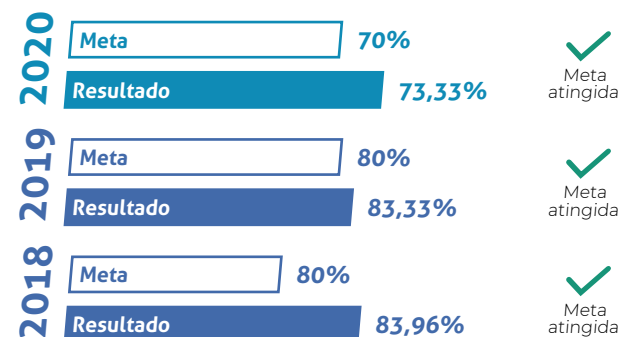
5
Processos julgados em grau de recurso

58
Processos julgados dentro do prazo

72
Média de dias de julgamento

Em função da pandemia, o julgamento de processos e as sustentações orais passaram a ser por videoconferência. O resultado positivo demonstra que a medida adotada foi eficaz para que o CRCSE continuasse a garantir a celeridade no julgamento dos processos de fiscalização.

Ética na profissão



Com base nas diretrizes dispostas no Manual de Fiscalização, Ética e Disciplina do Sistema CFC/CRCs, o CRCSE desenvolve diversas ações para garantir a efetividade dos procedimentos fiscalizatórios. Considerando a ética na profissão, incentivando a qualificação dos relatos proferidos pelos Conselheiros Regionais nos processos administrativos com o intuito de minimizar a incidência de possíveis vícios administrativos e maior assertividade das ações desenvolvidas pela fiscalização do CRCSE. O presente indicador possui como finalidade apurar o total de penalidades aplicadas frente ao total de processos julgados, bem como verificar os aspectos qualitativos dos autos abertos e a confirmação da infração praticada.

5
Processos julgados em grau de recurso

***44**
Processos com decisões de aplicação de penalidades aos infratores

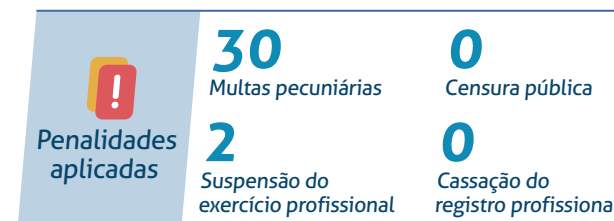
20
Média de processos analisados por conselheiro

3
Processos com manutenção da penalidade aplicada em 1ª instância

6
Processos arquivados por inexistência comprovada do fato gerador da infração

10
Processos arquivados por terem regularizado a infração.

0
Processos devolvidos e/ou diligenciados ao CRCSE para correção de vícios sanáveis



*Dos 44 processos que tiveram penalidades, 11 tiveram penalidades éticas.

0 Processos referentes ao exercício ilegal de profissão encaminhados ao Ministério Público



As multas aplicadas aos profissionais, organizações contábeis, empresas e leigos penalizados são cobradas no âmbito administrativo pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, sendo que, não havendo a regularização, são encaminhadas para protesto e, posteriormente, se for necessário, é impetrado o processo de execução fiscal. Com isso, a sociedade tem garantida a efetividade das ações de fiscalização.

Principais projetos e ações

Fiscalização das Organizações Contábeis e dos Profissionais de Contabilidade

93 Organizações Contábeis fiscalizadas e 48 Profissionais e Leigos (pessoas físicas atuando sem registro) fiscalizados, tanto na área pública quanto privada, onde foram verificadas a escrituração contábil e elaboração de demonstração de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade,

contrato de prestação de serviço, cumprimento da NBC PG 12, decoreis emitidas, serviços de auditoria e perícia, verificação da situação cadastral para proteção ao exercício legal da profissão.

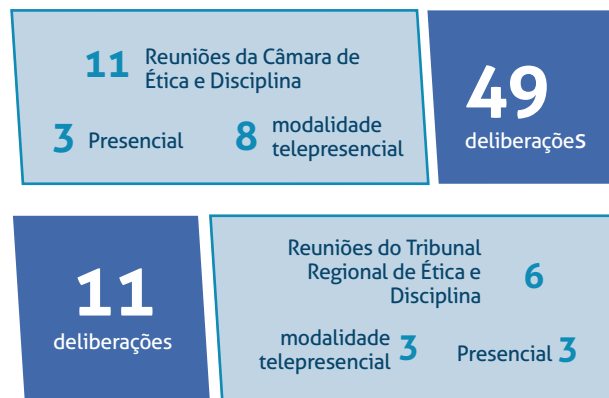
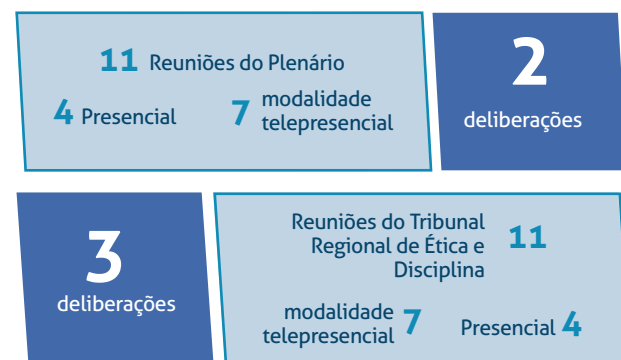
Orientações, via e-mail e telefone, aos profissionais e à sociedade quanto a denúncia, atividades privativas de profissionais da contabilidade, decore, contrato de prestação de serviço, perícia, auditoria, etc.

Fiscalização das Empresas não Contábeis

A fiscalização das empresas não contábeis envolveu 11 Empresas Comerciais, Prestadores de Serviços ou Industriais 11 Entidades sem Fins Lucrativos (inclusive Partidos Políticos) – ITG 2002, 3 Órgãos Públicos, 3 Cooperativas (ITG 2004), 1 Instituição Financeira, 2 Entidades Desportivas (ITG 2003) e 1 Entidades Fechada da Previdência Complementar (ITG 2001), verificando a situação cadastral dos profissionais e das organizações Contábeis que prestam serviços. Bem como a escrituração contábil e elaboração de demonstrações de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Reuniões Regimentais

Nas reuniões Plenárias/TRED do CRCSE foram homologadas as decisões das reuniões das câmaras, bem como foram discutidos os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil, cumprindo a Programação de Reuniões previstas no seu Plano de Trabalho.



Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

O CRCSE acompanha a adoção dos procedimentos que devem ser observados pelos profissionais e organizações contábeis, quando no exercício de suas funções, para cumprimento das obrigações previstas na Resolução CFC 1530/17, que tem por finalidade estabelecer normas gerais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Exercício	Declaração de Não Ocorrências
2018	1166
2019	1058
2020	836

Para facilitar o processo, o CRCSE orientou os profissionais da Contabilidade na utilização do Sistema desenvolvido pelo CFC para envio da Declaração de Não Ocorrências e promove, de forma constante, a sensibilização da classe contábil quanto à importância dos mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro.

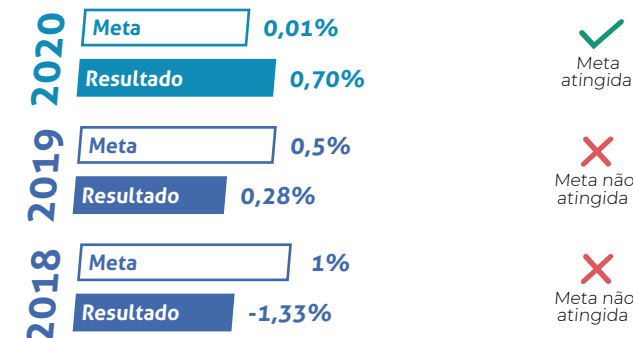
Registro

O Setor tem como atribuições, Registrar os Profissionais e Organizações Contábeis, bem como atender solicitações de Baixas, Alterações, e Cancelamentos, cujo os tramites se dão sob rito sumário e ordinário, submetendo-os a aprovação da câmara de registro e a homologação do plenário.



Indicadores

Índice de evolução de registros profissionais ativos



O CRCSE, apesar de toda a crise que vem afetando o país nos últimos anos, e todas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, e com esse momento de incertezas devido a pandemia do novo corona vírus, houve um pequeno acréscimo do número de registros profissionais, devido as ações em conjunto com o CFC.

Registros ativos



3.608
profissionais registrados

2.515
Contadores

1.093
Técnicos em contabilidade



501 Organizações contábeis
Registros por gênero e região

1.557 Mulheres **43%**

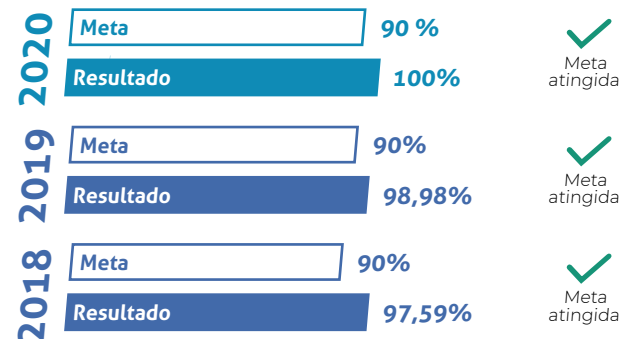
2.051 Homens **57%**

Novos registros em 2020

105
Contadores

42
Organizações contábeis

Tempo médio de julgamento de processos de registro



60 dias
Prazo para julgamento
de processos

329
Processos
julgados no prazo

A sequência de resultados positivos demonstra o empenho da Vice-Presidência de Registro, para que todos os processos fossem pautados e julgados em conformidade com os prazos estabelecidos. A utilização do SPER, ferramenta web que possibilita o acompanhamento e julgamento dos processos de registro, contribuiu de forma significativa na celeridade dos julgamentos dos processos.

Principais projetos e ações

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

Foram concedidos 105(cento e cinco) registros profissionais, 05(cinco) registros transferidos e 21(vinte e um) restabelecimentos de registros profissionais. Com o total de 131(cento e trinta e um). E Organizações contábeis 42(quarenta e dois), sendo 08(oito) sociedades e 34(trinta e quatro) empresários.

Atualização e Manutenção Cadastral

Todo o procedimento de atualização e manutenção cadastral é em conjunto com os demais setores do CRCSE e o CFC, sendo disponibilizado o Link do recadastramento, aonde todos os profissionais com o código de acesso pode atualizar o endereço e e-mail, diretamente pelo portal, além de todas as vezes que o setor de registro recebe correspondências devolvidas pelos correios, entra em contato com o profissional por e-mail e telefone, para atualização de todos os dados.

Educação Continuada

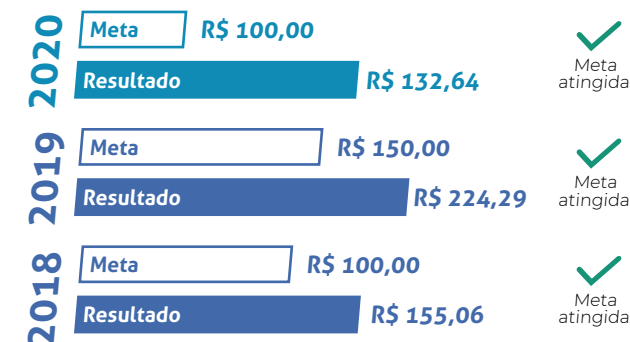
A Educação Continuada se caracteriza como um processo fundamental ao cumprimento de uma das finalidades institucionais do Sistema CFC/CRCs e tem por objetivo desenvolver competências para qualificar, atualizar e aprimorar o conhecimento dos profissionais.



R\$ 231.585,35
Investimento total

Indicadores

Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita



Visando atender o disposto na Lei n.º 12.249/2010, que definiu como competência dos Conselhos de Contabilidade a promoção da educação continuada aos seus registrados, o CRCSE realiza anualmente eventos/projetos/ atividades com temas de interesse da classe.



R\$ 37.803,14
Investimento total do Conselho Regional
de Contabilidade de Sergipe



15

Eventos realizados
pelo CRCSE

285

Profissionais da
contabilidade capacitados
pelo CRCSE

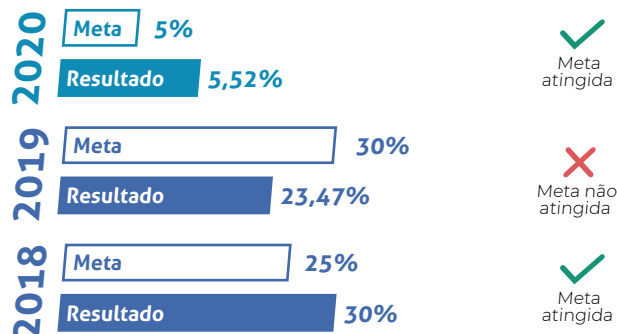


81,5

Carga horária total dos eventos
realizados pelo CRCSE

Em 2020, o CRCSE investiu nos programas de educação continuada o valor de R\$ 37.803,14, o volume de recursos investidos por profissional em 2020 ficou acima da meta estabelecida, perfazendo o valor de R\$ 132,64. Esse resultado deu-se em virtude do número de participantes nos programas de educação continuada.

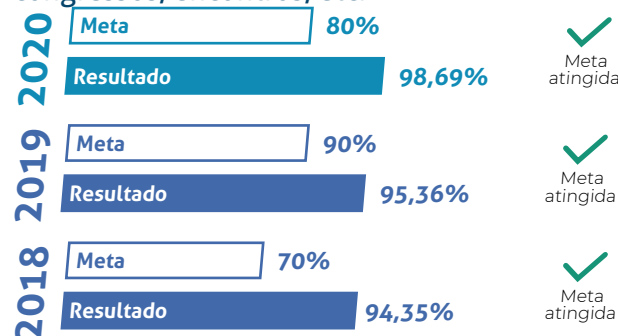
Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada



Com a pandemia, a meta de participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação foi reduzida

devido à necessidade de isolamento social, a mudança na rotina dos contadores e o impacto no acesso às estruturas que permitem o estudo. De qualquer forma, a meta foi superada e o resultado, impulsionado pela realização dos eventos virtuais, representa o cumprimento por parte da entidade de seu papel institucional de fomentar a educação continuada no Brasil de forma efetiva, garantindo qualidade e excelência. O Sistema CFC/CRCs entrega profissionais capacitados à sociedade, visando à atuação responsável e realiza a devida fiscalização preventiva. Assim, o Sistema leva, primeiramente, conhecimento aos profissionais da contabilidade, antes de atuar em sua punição.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.



Mesmo com a pandemia, o resultado reflete o sucesso das estratégias adotadas pelo CRCSE na realização de seus eventos, com a utilização da modalidade on-line, a escolha dos temas técnicos de maior relevância e organização estrutural de qualidade dos eventos realizados.

O CRCSE trabalha em busca de um constante aprimoramento e da qualificação dos profissionais da contabilidade, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da profissão e o fortalecimento da imagem do Conselho e do profissional da contabilidade perante a sociedade.

Principais projetos e ações

Educação Continuada – auditores e demais profissionais obrigados

Em 2020, foram realizadas 11 reuniões da Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRCSE, resultando na análise de 23 atividades.



19

Atividades
deferidas

4

Atividades
indeferidas

Em 2020, registrou-se 04 credenciamentos de cursos presenciais, 10 credenciamentos de cursos à distância e 01 credenciamento de Instrutor para o Programa de Educação Profissional Continuada.

Alteração da NBC PG 12 (R3) visando, dentre outras, a inclusão dos auditores Previc como novo grupo obrigado ao cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC). A Norma passa a vigorar a partir de janeiro de 2021.

Em função da pandemia, houve a redução de 50% da pontuação anual mínima exigida para o cumprimento do PEPC, de 40 para 20 pontos.

Prestação de contas (2019/2020)

Em função do ataque cibernético sofrido pelo CFC, o Sistema Web EPC para prestação de contas do Programa de Educação Profissional Continuada ficou indisponível. O acesso foi retomado em dezembro de 2020, fato que impossibilitou o fechamento das prestações de contas de 2019/2020. A conclusão do processo de prestação de contas se dará ao longo do exercício de 2021.

Excelência na Contabilidade – Cursos de pós-graduação stricto sensu

Em 2020, foi recebido subvenções, após o envio das prestações de contas, de acordo com os Termos de Cooperação em vigor.

R\$ 39.267,65 – Referente ao pagamento da 1ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

R\$ 41.754,45 – Referente ao pagamento da 2ª parcela das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.

R\$ 76.861,05 – Referente aos pagamentos das 3ª e 4ª parcelas das despesas com a realização do curso de pós-graduação stricto sensu, na modalidade presencial, conforme Chamamento Público de nº 002/2019.



R\$ 157.883,15
Subvenção recebida do CFC (Mestrado)

Promover a educação continuada - encontros/seminários/fóruns/jornadas

O ano de 2020 foi um ano de reinvenções no setor de eventos, pois este foi um dos primeiros a sofrer diretamente as consequências da pandemia e o último a estabilizar suas ações. Por esses motivos, o CRCSE apostou na realização dos eventos em formato on-line e obteve grande sucesso nas edições realizadas.

- 18º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe (Presencial)

49 profissionais da contabilidade

- Seminário Estadual de Prestação de Contas Eleitorais - Eleições 2020.

43 profissionais da contabilidade

- Ciclo de Palestras - Semana do Contador.

43 profissionais da contabilidade

Promover a Educação Continuada - Cursos e Palestras

Principais eventos:

- Curso DCTFWEB, DCTF, DIMOB e DMED

25 profissionais da contabilidade

- Curso Retenções na Fonte

25 profissionais da contabilidade

- Palestra Imposto de Renda Pessoa Física (2020) – Estância

8 profissionais da contabilidade

- Palestra Imposto de Renda Pessoa Física (2020) – Estância

4 profissionais da contabilidade

- Palestra Imposto de Renda Pessoa Física (2020) - Itabaiana

7 profissionais da contabilidade

- Palestra Refis Municipal

15 profissionais da contabilidade

- Palestra Refis Estadual 2020 "Aspectos e novidades do programa de acordo com a SEFAZ

9 profissionais da contabilidade

- Palestra - Transações e Parcelamentos no âmbito da RFB

12 profissionais da contabilidade

- Curso Simples Nacional

14 profissionais da contabilidade

- Cursos Práticas e Fundamentos de Consultoria Contábil

12 profissionais da contabilidade

- Curso o Empregador e o Compliance no Setor Pessoal

4 profissionais da contabilidade

- Palestra Novos Canais de Atendimento Virtual da Receita Federal: Orientações aos Contadores

15 profissionais da contabilidade

Gestão de pessoas

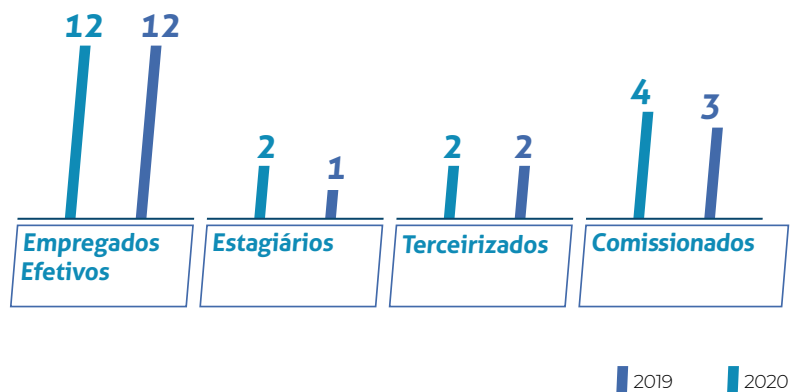
Em 2020, a força de trabalho do CRCSE contou com 20 colaboradores e, desse total, 02 estão diretamente atuando em atividades de fiscalização preventiva e de orientação, conforme demonstrado no gráfico ao lado.

Em comparação aos números de 2019, houve aumento de 11,11% da força de trabalho no ano de 2020, principalmente em virtude da contratação de 01 comissionado na área de apoio administrativo e operacional para atender atividades do setor de cobrança da entidade.

Com relação à evolução dos gastos de pessoal apresentada nos últimos dois anos (ver gráfico ao lado), percebe-se pequena variação entre 2019 e 2020. A variação decorre da movimentação de pessoal por conta da admissão de um cargo comissionado.

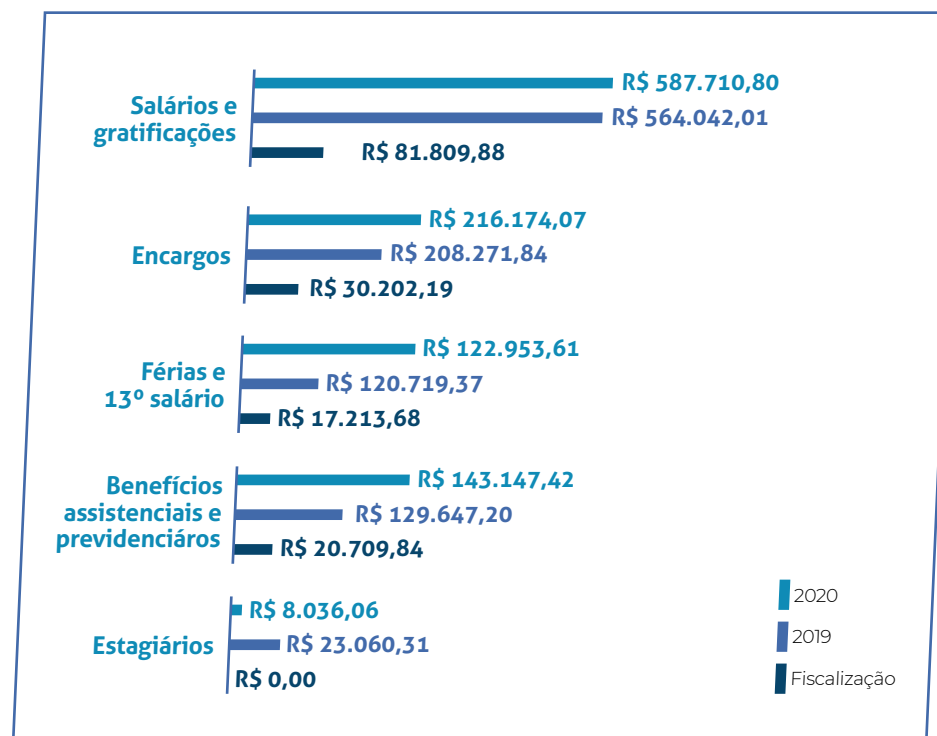
Comparativo do gastos com pessoal	
2020	R\$ 1.078.021,96
2019	R\$ 1.045.740,73

Comparativo do Quadro de Colaboradores



Detalhamento da Despesa de Pessoal

(cargos efetivos + cargos comissionados)



Gestão de licitações e contratos incluindo de TI

As contratações do CRCSE são regidas pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e pelos preceitos dos normativos legais, em especial a Lei n.º 8.666/93, a Lei 10.520/2002, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 10.024/2019 e demais decretos, instruções normativas e jurisprudências que disciplinam os procedimentos de contratações. Além disso, o CRCSE conta com diversas instâncias de controle, entre elas o Controle Interno e a Auditoria Interna do CFC. Vale destacar, também, a vinculação das contratações e prorrogações contratuais ao Plano Anual de Contratações (PAC).

As despesas do CRCSE com contratações totaliza-

Modalidade de Contratação	
Pregão Eletrônico	
2020	R\$ 355.784,46
2019	R\$ 438.551,09
Contratações Diretas	
2020	R\$ 189.220,76
2019	R\$ 514.843,75
2020	R\$ 545.005,22
Dispensa	
2020	R\$ 147.269,62
2019	R\$ 370.961,81
Inexigibilidade	
2020	R\$ 41.951,14
2019	R\$ 143.881,94
2020	R\$ 953.394,84

Contratações diretas

As compras diretas (dispensas e inexigibilidades) representam maior quantidade de processos de contratação, tendo em vista que como o Regional é de pequeno porte os serviços e aquisições necessários para a movimentação da máquina estatal não ultrapassam os limites definidos nos incisos I e II, do artigo 24, da Lei 8.666/93

ram R\$ 545.005,22 em 2020, das quais 65,28% foram realizadas por meio de processo licitatório e 34,72% foram realizadas por meio de contratações diretas, para atender aos programas de Suporte e Apoio a Atividades Fins.

A redução de 23,2%, em relação a 2019 decorreu, principalmente, do estado de pandemia em que viveu o país.

Contratação direta	
Dispensa	
28 Em função do valor	R\$ 130.239,20
2 Contratação Órgão Público	R\$ 17.030,42
Inexigibilidade	
8 Contratações por inexigibilidade de licitação	R\$ 41.951,14

Contratações mais relevantes

Gestão de Fiscalização	
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade Objeto: Contrato com a empresa de Correios e Telégrafos Justificativa: Promover a fiscalização preventiva e de orientação	Valor contratado: R\$ 4.720,56
Gestão de Registro Profissional	
Objetivo Estratégico: Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs Objeto: Serviços de solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, que realize captura, transmissão, processamento e liquidação de transações financeiras nos recebimentos por cartão de crédito e débito. Justificativa: Disponibilizar aos profissionais da Contabilidade registrados no CRCSE mais uma modalidade de recebimento das anuidades, multas devidas e taxas, por meio de cartões de crédito e débito.	Valor contratado: Sem custo para o CRCSE
Gestão de Desenvolvimento Profissional	
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade Objeto: Contratação de palestrantes, locação de espaços, equipamentos e confecção de material de distribuição gratuita, e coffee break para os participantes de eventos/cursos promovidos pelo Regional. Justificativa: Proporcionar aos profissionais contábeis o aprimoramento técnico-científico.	Valor contratado: R\$ 37.803,14
Suporte e Apoio a Atividades Fins	
Objetivo Estratégico: Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs Objeto: A aquisição de 6 (seis) estações de trabalho com monitor, mouse e teclado, 1 (um) servidor Dell e 1 (um) trilho para rack para renovação do Parque de Informática Justificativa: subsidiar na execução das atividades acessórias, instrumentais e complementares, fornecendo apoio e suporte à consecução das ações finalísticas do Regional.	Valor contratado: R\$ 71.400,00
Objetivo Estratégico: Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CRCSE. Objeto: Renovação da frota de veículos do Regional Justificativa: subsidiar na execução das atividades acessórias, instrumentais e complementares, fornecendo apoio e suporte à consecução das ações finalísticas do Regional.	Valor contratado: R\$ 76.060,00

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



Declaração da Contadora do CRCSE

Simone Alves de Souza Santana

O Setor Contábil está subordinado à Vice-Presidência Administrativa e exerce a responsabilidade de coleta de dados, registro, elaboração das Demonstrações Contábeis, assim como pela divulgação dos relatórios gerenciais, patrimoniais, pela elaboração da prestação de contas do CRCSE e pela apresentação de obrigações fiscais acessórias. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

As demonstrações contábeis do CRCSE foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 027/2020 da Câmara de Controle Interno do CFC conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 84/2020, da DN-TCU n.º 187/2020, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com o inciso V do artigo 13 da Resolução CRCSE n.º 528 de 13 de maio de 2019, que aprova o Regimento do CRC e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manuais de Contabilidade e de Auditoria do CFC. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas

do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelo Regional onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Os demonstrativos contábeis foram analisados pela Câmara de Controle Interno e aprovados pelo Plenário sem apontamentos ou ressalvas.

As Demonstrações Contábeis do CRCSE são as seguintes:

- **Balanco Patrimonial (BP)** – é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** – demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.
- **Balanco Orçamentário (BO)** – demonstra o orçamento inicial e suas alterações, confrontando-os com a execução da receita e da despesa.
- **Balanco Financeiro (BF)** – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.



- **Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar (RPP)** – ratifica as despesas empenhadas e efetivamente executadas cuja liquidação tenha sido verificada no exercício.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** – apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.
- **Notas Explicativas** – fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos.

Os demonstrativos estão disponibilizados no site do CRCSE. Mais informações [acesse](#)

Desafios

No decorrer de 2020, buscou-se a qualidade dos registros das informações contábeis utilizando o princípio da competência tanto para os registros das receitas e das despesas. Além de realizar registros em contas de compensação para o controle dos contratos, designados como atos potenciais ativos e passivos. Ademais, deu continuidade ao processo de parametrização do sistema informatizado, da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Consolidação das Demonstrações Contábeis.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relato Integrado e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles declaro que os Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, o Fluxo de Caixa e as Mutações do Patrimônio Líquido, refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

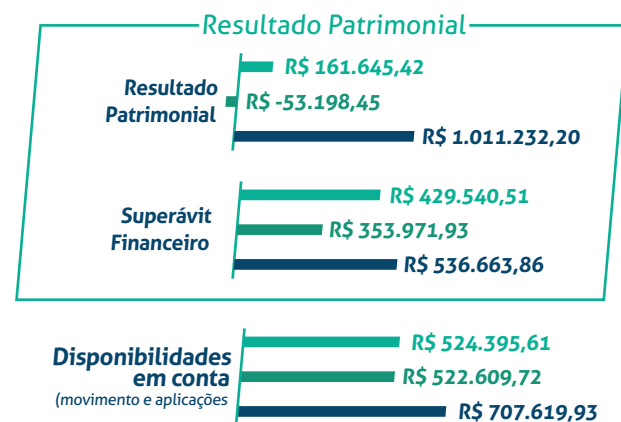
Simone Alves de Souza Santana
Contadora CRCSE 4736/O
Período de atuação 01/10/2000 a 31/12/2020

Gestão Orçamentária e Financeira

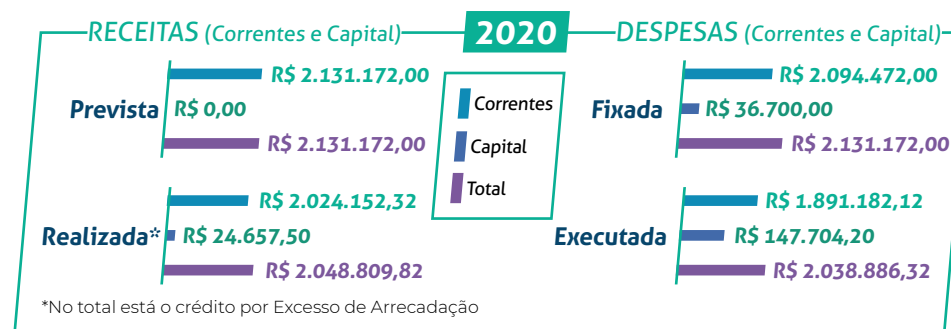
Os desdobramentos da pandemia do COVID-19 e as incertezas na economia mundial marcaram o ano de 2020, e que continuarão atingindo a grande maioria das economias e cujos impactos finais ainda demandarão tempo para serem apurados. No Brasil, as incertezas quanto ao cenário econômico e a grande quantidade de normas publicadas pelo Governo Federal para mitigar os impactos da pandemia obrigaram as empresas e a sociedade a se adaptarem em um curto espaço de tempo.

No Sistema CFC/CRCs, o maior impacto resultante da pandemia foi na arrecadação das anuidades, principal fonte de recursos. A arrecadação do CRCSE resultou numa queda de -6,79% do recebimento em relação a 2019.

Apesar da redução na receita, a situação financeira e patrimonial do Conselho Regional está equilibrada, pois diante das incertezas econômicas no Brasil, o CRCSE adotou medidas de contenção de despesas e solicitou ajuda financeira ao CFC. Por outro lado, os projetos e as decisões foram intensificados visando propiciar à classe contábil as ferramentas necessárias para a retomada do crescimento econômico do país.



O orçamento aprovado pela Resolução CRCSE N.º 534/2019 estimou a receita e fixou as despesas para o exercício de 2020 em R\$ 2.131.172,00. No decorrer do exercício, o Plenário do CRCSE, aprovou a abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 525.983,15, esse montante teve como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação proveniente do Auxílio financeiro e Subvenções repassados pelo CFC, para adequar as rubricas e projetos com saldos insuficientes



para a realização das ações, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

A principal fonte de receita corrente do Conselho é arrecadação de 80% da anuidade paga pelos contabilistas, as receitas patrimoniais, receitas de serviços, as receitas decorrentes de rendimentos de aplicações, as subvenções e outras, quando justificadas. A receita de capital em 2020 foi oriunda da alienação do veículo desse Conselho.



Execução orçamentária

A realização das receitas é caracterizada como disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução do planejamento. No âmbito do Sistema CFC/CRCs, a receita orçamentária é utilizada em programas e ações, cuja finalidade precípua é atender às necessidades e às demandas da profissão contábil. As receitas de contribuições do CRCSE são constituídas de 80% da receita arrecadada e suas receitas de capital. O resultado orçamentário apresentou um superávit de R\$ 9.943,50. Além da receita de anuidade constituem receitas do CRC a exploração de bens e serviços e receitas financeiras (rendimentos de aplicação financeira).

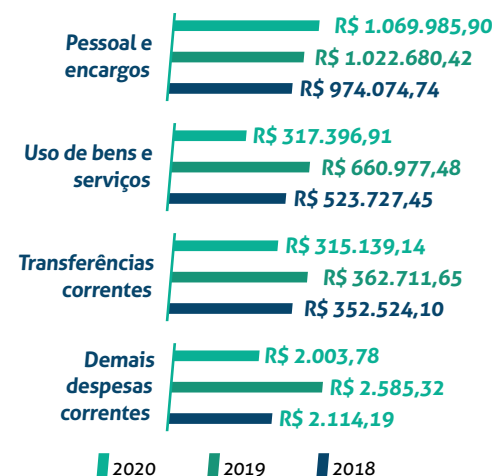
No exercício de 2020, foram arrecadados o valor total de R\$ 2.048.809,82, sendo 77,11% das receitas previstas para o período. A tabela abaixo apresenta o comportamento das despesas do CRCSE, em comparação a 2019, percebe-se que as despesas correntes, tiveram uma redução de -9,47 %, principalmente, nas rubricas de despesas com Serviços de limpeza, conservação e jardinagem, em decorrência da suspensão das atividades presenciais do Sistema CFC/CRCs, oca-

sionando uma queda de gastos de aproximadamente R\$ 342.182,16.

Em 2020, 76,75% das despesas correntes foram destinados para as despesas de pessoal, abrangendo despesas com programa de alimentação ao trabalhador, plano de saúde, provisões de férias e 13º salário e os encargos patronais.

No item "Uso de bens e serviços" foram registrados serviços prestados para o atender as atividades do CRCSE no valor total de R\$ 317.396,91, como também, a aquisição de materiais de consumo para as atividades finalísticas do Regional.

No grupo das despesas de capital observa-se uma redução de 49,55%. Essa redução foi proveniente de aquisições, em 2019, do mobiliário para o novo auditório.



Receitas por grupo e elemento

R\$

RECEITAS CORRENTES						
Grupos de Receita	2020			2019		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Receita de Contribuições	1.559.457,00	1.436.552,51	92,12%	1.563.988,00	1.571.704,24	100,49%
Exploração de Bens e Serviços	170.605,00	39.688,85	23,26%	190.403,00	85.913,71	45,12%
Receitas Financeiras	345.601,00	549.335,75	58,9%	193.308,00	151.279,40	27,78%
Outras Receitas Correntes	55.509,00	23.232,71	41,85%	82.647,00	46.967,13	56,83%
RECEITAS CORRENTES	2.131.172,00	2.024.152,32	82,48%	2.275.003,00	2.028.092,87	89,15%

RECEITAS DE CAPITALS						
Grupos de Receita	2020			2019		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Alienações de Bens	0,00	24.657,50	12,15%	0	0	-
Transferência de Capital	0	0	-	0	169.980,00	77,98%
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	24.657,50	12,15%	0	169.980,00	77,98%
TOTAL DAS RECEITAS	2.131.172,00	2.048.809,82	77,11%	2.267.503,00	2.198.072,87	81,18%

Despesas por grupo e elemento

R\$

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Despesas de Pessoal	1.069.985,90	1.022.680,42	1.069.985,90	1.022.680,42	1.050.859,00	1.003.771,41
Uso de Bens e Serviços	317.396,91	660.977,48	317.396,91	660.977,48	297.552,02	630.893,69
Financeiras	501.795,53	40.233,06	501.795,53	40.233,06	501.795,53	40.233,06
Outras Despesas Correntes	2.003,78	365.296,97	2.003,78	365.296,97	2.003,78	359.167,56
DESPESAS CORRENTES	1.891.182,12	2.089.187,93	1.891.182,12	2.089.187,93	1.852.210,33	2.034.065,72

DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Investimentos	147.704,20	292.753,50	147.704,20	292.753,50	147.704,20	292.753,50
DESPESAS DE CAPITAL	147.704,20	292.753,50	147.704,20	292.753,50	147.704,20	292.753,50
TOTAL DAS DESPESAS	2.038.886,32	2.381.941,43	2.038.886,32	2.381.941,43	1.999.914,53	2.326.819,22

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)

O CRCSE segue as disposições legais previstas na Lei n.º 8.666/1993, Instrução Normativa n.º 205/1988 – SE-DAP, Decreto n.º 9.373/2018 e alterações, Decreto n.º 9.764/2019, Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 08 – Ativo Intangível e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial nos conselhos de profissão regulamentada.

Em atendimento aos Objetivos Estratégico nº 12 (ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs) e nº 15 (assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs) da Resolução CFC n.º 1.543/2018, em 2020 houve investimento em equipamentos de TI com a aquisição, especialmente de 06 (seis) computadores e um servidor para modernização do parque tecnológico, e aquisição de 01 veículo para renovação da frota de veículos.

R\$

Investimentos	
Equipamentos de Processamentos de dados	71.400,00
Veículos	76.060,00
Utensílios de Copa e Cozinha	244,20
TOTAL	147.704,20

Com as aquisições dos equipamentos de TI, tivemos como benefícios a maior garantia da integridade dos dados e das configurações, minimizando riscos de paralisação das atividades do Conselho. No que se refere à atualização da frota de veículos visamos oferecer maior segurança aos usuários e reduzir custo com manutenção corretiva.

Abaixo, os principais investimentos em tecnologia da informação:

Equipamento	
06 Computadores	R\$ 41.400,00
01 Servidor DELL	R\$ 30.000,00
 TOTAL	R\$ 71.400,00

Para assegurar plenas condições de funcionamento, o CRC adota estratégias de prevenção contra falhas e problemas que possam comprometer o andamento das atividades e a segurança dos usuários da sua sede.

No quadro a seguir, observa-se que os contratos com manutenção predial em 2020 ocorreu um decréscimo de 40,50% em relação ao ano anterior em função de uma suspensão parcial do contrato, com a supressão total de um posto de trabalho e a supressão em 70% do outro posto de trabalho, por um período de 60 dias em relação a segurança predial ocorreu um aumento de 3,86%, decorrente da repactuação para atender a convenção coletiva das respectivas categorias.

R\$

	2020	2019	Diferença %
Serviços de limpeza	52.943,67	74.429,30	-40,50
Serviço de Segurança Predial	4.492,56	4.325,79	3,86
Outros gastos (água, energia, seguros etc.)	48.876,33	62.861,91	-28,62
TOTAL (Manutenção e conservação predial)	106.312,56	141.617,00	-33,20

Os demais itens tiveram redução de gastos principalmente pela adoção do teletrabalho em função da pandemia.

Desfazimento de ativos

Em 2020, instruiu-se processo de desfazimento de ativos, totalizando cerca de 71 itens entre cadeiras e mesas que se encontravam em

estado de obsolescência. Esses bens foram doados a uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos.

R\$

Ativo	QTD	Valor Atual	Depreciação Acumulada	Saldo (valor baixado)
Móveis e utensílios de escritório	71	28.112,00	24.183,40	3.928,60

Locações de equipamentos

O CRCSE possui contrato de locação de impressoras e o gasto em 2020 foi na ordem de R\$ 3.655,22.

Gestão de Custos

Para o monitoramento e controle da execução orçamentária o Sistema CFC/CRCs utiliza o Plano de Trabalho como ferramenta para nortear o caminho a ser seguido de forma a cumprir a missão e alcançar os seus objetivos, vislumbrando suas principais ações a serem realizadas no decorrer dos exercícios. As informações são alinhadas para que funcionem como instrumentos de programação e controle do planejamento, permitindo que a sua execução possua uma maior sincronia, para alcance dos objetivos e alinhamento às normas e regulamentos pertinentes à gestão orçamentária e financeira.

Atualmente, o CRCSE não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos, no entanto controla os custos diretos que são alocados em 66 projetos, alinhados e vinculados a 14 objetivos estratégicos e 4 (quatro) programas de gestão. A distribuição por programa está evidenciada na página 19.

R\$

Valores por Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico	Executado
Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas	4.184,71
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade	16.388,00
(*) Firmar parcerias estratégicas	0
Atuar como fator de proteção da sociedade	1.628,00
Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs	1.190,27
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs	355.429,62
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos	250,00
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade	44.542,00
**Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da ciência contábil	0
**Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs	0
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs	130.099,09
Atrair e reter talentos	1.081.140,96
Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e formar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	188.447,78
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logísticos às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	215.585,69
TOTAL	2.038.886,32

[¶] Foram firmadas parcerias, porém sem custos.

^{¶¶} Em decorrência da pandemia da Covid-19 as reuniões foram realizadas por meio de plataforma virtual não gerando assim, custos financeiros para o CRCSE.

Principais desafios e ações futuras

- 1 Investimento em tecnologia da informação previstos no Plano de Desenvolvimento em Tecnologia da Informação (PDTI)
- 2 Realizar alocação mais eficiente de recursos e melhoria dos gastos.

Balanco Patrimonial (BP)

R\$				R\$			
ATIVO	NE	2020	2019	PASSIVO	NE	2020	2019
Ativo Circulante		1.257.001,77	1.068.864,44	Passivo Circulante	07	306.740,53	264.195,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	524.395,61	522.609,72	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		19.126,90	18.909,01
Créditos de Curto Prazo	2/3	664.943,18	543.587,93	Obrigações de Curto Prazo		31.867,44	41.168,55
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	4	66.495,28	1.620,00	Demais Obrigações de Curto Prazo		10.485,78	11.784,25
				Provisões de Curto Prazo	08	245.196,62	192.249,45
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente	5	1.167,70	1.046,79	Valores de Terceiros e/ou Restituíveis	09	63,79	84,41
Ativo Não Circulante		2.512.024,15	2.495.971,20	Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	2/3	56.169,05	52.473,46				
Investimentos, Imobilizado e Intangível	6	2.455.855,10	2.443.497,74	Total do Passivo		306.740,53	264.195,67
TOTAL DO ATIVO		3.769.025,92	3.564.835,64	Patrimônio Líquido	10	3.462.285,39	3.300.639,97
				Total do Passivo + Patrimônio Líquido		3.769.025,92	3.564.835,64
Quadro dos Ativos e dos Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n.º 4.320/1964)							
Ativo Financeiro	11	592.058,59	525.276,51	Passivo Financeiro		162.518,08	171.304,58
Ativo Permanente		3.176.967,33	3.039.559,13	Passivo Permanente		144.222,45	92.891,09
Saldo Patrimonial						3.462.285,39	3.300.639,97
Quadro das Contas de Compensação (Lei n.º 4.320/1964)							
Atos Potenciais Ativos	12	55.634,20	55.634,20	Atos Potenciais Passivos	12	176.028,48	42.071,35

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2020	2019
Contribuições		1.951.027,49	1.955.341,32
Exploração de bens e serviços		75.905,95	121.384,56
Financeiras		595.971,44	527.764,68
Transferências		491.836,33	342.208,39
Valorização e Ganhos com Ativos		6.004,25	0,00
Outras variações patrimoniais aumentativas		575.395,54	1.390.045,44
Total		3.696.141,00	4.336.744,39

Variações Patrimoniais Diminutivas	2020	2019	
Pessoal e encargos	1.069.985,90	1.022.680,42	
Uso de bens e serviços	428.821,96	768.728,57	
Financeiras	39.776,61	55.770,45	
Transferências	157.883,15	0	
Tributárias e contributivas	366.470,50	347.221,71	
Desvalorização e perda de ativos	1.402.753,11	2.128.375,42	
Outras variações patrimoniais diminutivas	68.804,35	67.166,27	
Total	3.534.495,58	4.389.942,84	
Resultado Patrimonial do Exercício	13	161.645,42	-53.198,45

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$

Descrição	2020	2019
Incorporação de Ativos	147.704,20	292.753,50
Investimentos	147.704,20	292.753,50
Desincorporação de Ativos	24.657,50	0,00
Alienações de Bens	24.657,50	0

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R\$

Descrição	Patrimônio líquido	
	2020	2019
Saldo Inicial do Exercício	3.300.639,97	3.353.838,42
Resultado do Exercício	161.645,42	-53.198,45
Saldo Final do Exercício	3.462.285,39	3.300.639,97

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCSE nos exercícios de 2020 e 2019, bem como, sua evolução no período. Ressalta-se o incremento de 203,89% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2019.

Resultado Patrimonial	
2020	R\$ 161.645,42
2019	R\$ -53.198,45

Balanco Financeiro (BF)

R\$

Ingressos	NE	2020	2019
Receita Orçamentária	14	2.048.809,82	2.198.072,87
Receitas Correntes		2.024.152,32	2.028.092,87
Receitas de Capital		24.657,50	169.980,00
Recebimentos Extraorçamentários		2.305.819,26	2.637.587,70
Disponível do exercício anterior		522.609,72	707.619,93

Dispêndios	NE	2020	2019
Despesa Orçamentária	14	2.038.886,32	2.381.941,43
Despesas Correntes		1.891.182,12	2.089.187,93
Despesas de Capital		147.704,20	292.753,50
Pagamentos Extraorçamentários		2.313.956,27	2.638.729,35
Disponível para o exercício seguinte		524.395,61	522.609,72
Total		4.877.238,80	5.543.280,50

Balanço Orçamentário (BO)

Receitas orçamentárias

R\$

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas Correntes	2.131.172,00	2.454.155,15	2.024.153,32	430.001,83
Contribuições	1.559.457,00	1.559.457,00	1.437.447,32	122.009,68
Exploração de bens e serviços	174.205,00	174.205,00	39.688,85	134.516,15
Financeiras	183.434,00	183.434,00	97.101,92	86.332,08
Transferências	158.567,00	481.550,15	427.576,33	53.973,82
Outras receitas correntes	55.509,00	55.509,00	22.337,90	33.171,10
Receitas de Capital	0,00	203.000,00	24.657,50	178.342,50
Transferências de capital	0,00	203.000,00	24.657,50	178.342,50
Total das Receitas	2.131.172,00	2.657.155,15	2.048.809,82	608.345,33
Déficit/Superávit				
Total	2.131.172,00	2.657.155,15	2.048.809,82	608.345,33

A principal fonte de receita corrente do Conselho é arrecadação de 80% da anuidade paga pelos contabilistas, as receitas patrimoniais, receitas de serviços, as receitas decorrentes de rendimentos de aplicações, as subvenções e outras.

Superávit Orçamentário	
2020	R\$ 9.923,50
2019	R\$ -183.868,56

Despesas orçamentárias

R\$

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes		2.094.472,00	320.266,36	2.414.738,36	1.891.182,12	1.891.182,12	1.852.210,33	38.971,79
Pessoal e encargos		1.010.637,14	109.455,70	1.120.092,84	1.069.985,90	1.069.985,90	1.050.859,00	19.126,90
Uso de bens e serviços		667.775,28	53.677,51	721.452,79	317.396,91	317.396,91	297.552,02	19.844,89
Financeiras		46.870,00	-1.000,00	45.870,00	28.773,24	28.773,24	28.773,24	0,00
Transferências correntes		500,00	157.883,15	158.383,15	157.883,15	157.883,15	157.883,15	0,00
Tributárias e contributivas		363.923,00	250,00	364.173,00	315.139,14	315.139,14	315.139,14	0,00
Outras despesas correntes		4.766,58		4.766,58	2.003,78	2.003,78	2.003,78	0,00
Despesas de Capital		36.700,00	205.716,79	242.416,79	147.704,20	147.704,20	147.704,20	0,00
Investimentos		36.700,00	205.716,79	242.416,79	147.704,20	147.704,20	147.704,20	0,00
Subtotal		2.131.172,00	525.983,15	2.657.155,15	2.038.886,32	2.038.886,32	1.999.914,53	38.971,79
Superávit	15					9.923,50		
Total das Despesas		2.131.172,00		2.657.155,15		2.038.886,32	1.999.914,53	38.971,79

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

R\$

Descrição	2020	2019
Fluxos de Caixa das Operações		
Ingressos	2.024.152,32	2.198.072,87
Receitas	2.024.152,32	2.198.072,87
Receita de Contribuições	1.436.552,51	1.571.704,24
Exploração de Bens e Serviços	39.688,85	105.443,16
Receitas Financeiras	97.101,92	151.279,40
Transferências (Subvenções)	427.576,33	342.208,39
Outras Receitas	23.232,71	27.437,68
Desembolsos	1.899.319,73	2.090.329,58
Despesas	1.899.319,73	2.090.329,58
Pessoal, Encargos e Benefícios	1.068.272,20	1.017.868,59
Uso de Bens e Serviços	356.916,54	668.918,36
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Tributárias e Contributivas	314.223,44	360.587,73
Transferências (Subvenções + Auxílios)	157,88	-
Outras Despesas	2.024,40	42.954,90
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	124.832,59	107.743,29
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos	24.657,50	-
Alienação de Bens	24.657,50	-
Amortização de Empréstimos Concedidos	-	-
Desembolsos	147.704,20	292.753,50
Aquisição de Ativo Não Circulante	147.704,20	292.753,50
Empréstimos Concedidos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(123.046,70)	(292.753,50)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.785,89	(185.010,21)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	522.609,72	707.619,93
Caixa e Equivalente de Caixa Final	524.395,61	522.609,72

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Regional em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.



Restos a Pagar Processados (RPP)

R\$

Restos a Pagar Processados		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro			
Despesas correntes	14	54.747,88	55.995,17	50.602,00	0	60.141,05
Total		54.747,88	55.995,71	50.602,00	0,00	60.141,05

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), localizado na Av. Mário Jorge Menezes Vieira, 3.140, Aracaju/SE, foi criado conforme Decreto-Lei nº 9.295 de 1946, publicado no Diário Oficial da União de 28/5/1946, alterado pela Lei nº 12.249/10, e tem como principais finalidades: registrar, fiscalizar o exercício do profissional contábil, além de promover a Educação Continuada. É uma entidade dotada de personalidade jurídica e funciona como Autarquia Federal Especial, que presta serviço público e tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº 1.370/2011, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos. O CRCSE tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC nº 528/2019.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC N.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI nº 26/2020.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2020, são: o Balanço Patrimonial (BP), as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de

Execução de Restos a Pagar Processados, Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e tem por função evidenciar os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho, bem como, apresentar informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o CRC fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI nº 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado nas Notas nº 3 e 10.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no

imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso), o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2020 não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, conforme laudo de avaliação da empresa contratada para tal fim, observadas as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI nº 004/2012, e de acordo com a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/08.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa de nº 9.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

Além disso, a fim de atender à Lei nº 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a dife-

rença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Balanço Patrimonial (BP)

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Descrição CRCSE	2020	2019
Bancos Conta Movimento	12.714,30	8.758,70
Bancos Aplicação Financeira	482.136,25	512.439,40
Disponível p/ Aplic.Vinculada - Eventos	29.545,06	1.411,62
Total	524.395,61	522.609,72

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), em títulos lastreados do Tesouro Nacional e em caderneta de poupança, na forma do § 3º do art. 164 da Constituição Federal. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946:

“Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

- 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;
- 4/5 das multas aplicadas conforme alínea “b,” do artigo anterior,
- 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.
- doações e legados;
- subvenções dos Governos.”

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconheci-

dos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Descrição	2020	2019
Ativo Circulante		
Créditos a Receber de Curto Prazo	664.943,18	543.587,93
Créditos do exercício	551.332,80	558.192,62
Créditos de exercícios anteriores	1.345.083,12	634.298,86
Parcelamento débitos	320.061,33	268.088,64
(-) Perda Estimada de Créditos	-1.551.534,07	-916.992,19
Ativo não Circulante		
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	56.169,05	52.473,46
Parcelamento débitos	177.469,93	249.738,23
Créditos de exercícios anteriores não executados	2.260.069,93	2.043.711,53
Dívida Ativa Executada	370.912,66	330.223,49
(-) Perda Estimada de Créditos	-2.752.283,47	-2.571.199,79

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Nota Explicativa 3

Ajuste para Perda Estimada de Créditos

A metodologia de cálculo para o ajuste das perdas estimadas de créditos tem por base uma média percentual dos recebimentos dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total

dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Descrição	2020	2019
Ativo Circulante		
Saldo Créditos de Curto Prazo	2.216.477,25	1.460.580,12
Percentual de Inadimplência	70%	69%
Cálculo de ajuste de perdas	-1.551.534,07	-916.992,19
Créditos líquidos a receber	664.943,18	543.587,93
Ativo não Circulante		
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	2.808.452,52	2.623.673,25
Percentual de Inadimplência	98%	98%
Cálculo de ajuste de perdas	-2.752.283,47	-2.571.199,79

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Nota Explicativa 4

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de fornecedores.

Descrição	2020	2019
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	240,00	120,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.445,28	0,00
Demais Créditos com Vinculação	64.260,00	0,00
Outros Créditos e Valores a Recuperar	550,00	1.500,00
Total	66.495,28	1.620,00

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos ao adiantamento de auxílio transporte ao

estagiário a ser descontado na folha de pagamento do mês de janeiro/2021.

Créditos por Danos ao Patrimônio

Valores provenientes de retenção a menor sobre o DARF da Empresa Evel Estância de Veículos e Locações e multa sobre o DARF recolhido fora do prazo;

Outros Créditos e Valores a Recuperar

Valor relativo às inscrições em cursos feitas por Nota de Empenho e estão para serem finalizadas;

Nota Explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Os valores apresentados compreendem os pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término de 2021. Em 2020 o CRCSE firmou contrato com a Seguradora Porto Seguro, referente ao seguro da frota oficial dos veículos do Conselho e do Edifício Sede. A rubrica Assinaturas representa assinaturas com o Boletim da COAD em 2020 que se estenderão até 2021.

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Descrição	2020	2019
Seguros	870,13	705,26
Assinaturas	297,57	341,53
Total	1.167,70	1.046,79

R\$

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Nota Explicativa 6

Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Os bens que integram o imobilizado e intangível estão assim distribuídos:

Imobilizado

Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente.

A comissão nomeada, por meio das Portarias CRCSE nº 065/20 de 31.08.20- Comissão de Avaliação e Destinação de Bens Inservíveis e 082/2020 para o levantamento dos bens móveis, apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados. Os saldos das contas do imobilizado, em 31 de dezembro de 2020, são:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Compras	Desincorporações	Saldo em 31/12/2020	Depreciação acumulada
Móveis e Utensílios	305.054,50	0,00	28.112,00	276.942,50	-90.415,01
Máquinas e Equipamentos	103.673,08	0,00	0,00	103.673,08	-38.084,59
Instalações	80.913,24	0,00	0,00	80.913,24	-13.538,89
Utensílios de Copa e Cozinha	1.581,00	244,20	645,00	1.180,20	-844,24
Veículos	79.800,00	76.060,00	39.900,00	115.960,00	-21.546,00
Equipamentos de Processamento de Dados	63.455,34	71.400,00	3.561,60	131.293,74	-34.096,02
Biblioteca	562,70	0,00	0,00	562,70	-417,78
Museu e Obras de Arte	464,00	0,00	0,00	464,00	-313,20
Sede	1.669.707,32	0,00	0,00	1.669.707,32	-278.051,40
Terrenos	545.000,00	0,00	0,00	545.000,00	0,00
Total dos Bens	2.850.211,18	147.704,20	72.218,60	2.925.696,78	-477.307,13

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

A movimentação no grupo Veículos foi decorrente da alienação de 01 veículo, de uso da fiscalização, em função da vida útil desses bens (que é de 5 anos) ter esgotado. Procedeu-se a aquisição de 02 novos veículos, conforme Pregão Eletrônico n.º 001/2020, mais somente um veículo foi entregue dentro do exercício.

No mês de dezembro de 2020 o CRC realizou baixas de bens do imobilizado. As baixas ocorreram pois, os bens encontravam-se em situação inservíveis, conforme relatório apresentado pela Comissão de Avaliação e Destinação de Bens Inservíveis, criada através das Portarias CRCSE n.º 065/2020 e 082/2020

Depreciação

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na INT VPCI n.º 004/2012 do CFC. A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Título	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)/ Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório/ Máquinas e Equipamentos/ Instalações/ Veículos	10	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	-

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção. A amortização dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com a vida útil definida.

Abaixo, apresentam-se sinteticamente os saldos bens intangíveis:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Compras	Saldo em 31/12/2020	Amortização acumulada
Softwares	29.549,12		29.327,50	-21.862,05

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Nota Explicativa 7

Passivo Circulante

Neste grupo estão as obrigações trabalhistas e fiscais, encargos sociais de curto prazo, depósitos consignáveis e fornecedores. As obrigações fiscais decorrem de retenções efetuadas de contratações realizadas junto aos fornecedores pela aquisição de bens e/ ou serviços. São evidenciados ainda neste grupo, os valores retidos de fornecedores de serviços terceirizados, e depositados em contra vinculada específica.

Os depósitos consignáveis compreendem os valores retidos de funcionários (INSS, IRRF, Empréstimo Consignado, dentre outros), e que devem ser recolhidos ou pagos às respectivas entidades responsáveis. As obrigações com fornecedores, decorrentes de entrega de bens ou serviços, são classificadas como passivo circulante quando o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias/ Fornecedoros R\$		
Descrição	2020	2019
Obrig. Trab. e Encargos Sociais a Pagar	19.126,90	18.909,01
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	2.598,89	1.276,50
Depósitos Consignáveis	9.423,66	9.808,26
Fornecedores	19.844,49	30.083,79
Total	31.867,44	41.168,55

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

As demais obrigações de curto prazo correspondem às obrigações contidas nos grupos de Transferências Legais (cota parte ao CFC) e demais obrigações (créditos não identificados em processo de identificação), as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O detalhamento encontra-se a seguir:

R\$

Descrição	2020	2019
Transferências Legais	7.045,11	6.129,41
Outras Obrigações	3.440,67	5.654,84
Total	10.485,78	11.784,25

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Nota Explicativa 8

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como "praticamente certa, bem como as provisões de repasse da cota parte.

Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento, mensal:

Provisões de Férias R\$		
Títulos	2020	2019
Provisão de Férias	75.056,25	73.374,85
Encargos Sociais	25.917,92	25.983,51
Total	100.974,17	99.358,36

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 18/12/2020.

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis de Curto e Longo Prazo

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRC. O Conselho possui processo avaliado como de risco de possível perda e remota que não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação demonstram-se no quadro abaixo, os processos que estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica:

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis R\$				
Descrição	2020		2019	
Processos Cíveis	QTD	Valor	QTD	Valor
Possível	02	20.724,00	02	20.724,00
Remota	02	11.448,00	02	11.448,00
Total		32.172,00		32.172,00

Fonte: Dados da Assessoria jurídica

Provisão da Cota Parte

A cota parte refere-se a 20% da receita bruta do Conselho Regional de Sergipe que deverá ser repassada ao Conselho Federal de Contabilidade, excetuando doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946.

O cálculo considera como base, os créditos a receber após o ajuste das perdas (PDD).

Descrição	Créditos líquidos	Cálculo Provisão da Cota
Créditos a Receber - CP	664.943,18	132.988,64
Créditos a Receber - LP	56.169,05	11.233,81
Total da Carteira	721.112,23	144.222,45

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Nota Explicativa 9

Valores de Terceiros e/ou Restituíveis

Os saldos referentes a esses valores são compostos por Depósitos Judiciais decorrente de sentenças e Honorários de Sucumbência, no valor de R\$ 63,79 que será repassado a responsável na folha do mês de janeiro de 2021

Nota Explicativa 10

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores. O quadro abaixo evidencia o Patrimônio Líquido do CRCSE.

Títulos	R\$	
	2020	2019
Resultado do Exercício	161.645,42	-53.198,45
Resultados Acum. Exerc. Anteriores	3.300.639,97	3.353.838,42
Patrimônio Líquido do CRCSE	3.462.285,39	3.300.639,97

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Nota Explicativa 11

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC e do CRC. No exercício foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 429.540,51, decorrente da política de contenção de gastos aplicado pela gestão, apesar da diminuição da arrecadação em virtude a pandemia causada pelo Coronavírus.

Resultado Financeiro	R\$	
	2020	2019
Ativo Financeiro	592.058,59	525.276,51
(-) Passivo Financeiro	162.518,08	171.304,58
Superávit	429.540,51	353.971,93

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Contas de Compensação

Nota Explicativa 12

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CRCSE mantém registrados em seu balanço, os contratos, convênios e acordos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

Nesse grupo estão evidenciados a apólice que trata da caução pela Empresa Terra Empreendimentos – responsável pela construção do auditório e reforma da sede- e contratos administrativos para a manutenção e assessoramento do Regional como é o caso da Multserv, SPW e outros.

Atos Potenciais Ativos

R\$

	Valor
Reforma e Ampliação da Sede	51.503,15
Obrigações Conveniadas	4.131,05
Total	55.634,20

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Atos Potenciais Passivos

R\$

	Valor
Obrigações Conveniadas	176.028,48
Total	176.028,48

Fonte: Balanço Patrimonial de 2020

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Nota Explicativa 13

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

O Superávit Patrimonial foi decorrente dos investimentos feitos pelo Regional como a compra do novo veículo, alienação do veículo antigo e aquisições de Equipamentos de Informática, isso tudo com o auxílio financeiro do CFC.

Resultado Patrimonial	2020	2019
Var. Patrimoniais Aumentativas	3.696.141,00	4.336.744,39
(-) Var. Patrimoniais Diminutivas	3.534.495,58	4.389.942,84
Superávit	161.645,42	-53.198,45

Fonte: DVP e Balanço Patrimonial 2020

Balanço Financeiro (BF)

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte. Em 2020 o saldo financeiro foi de R\$ 524.395,61.

Nota Explicativa 14

Ingressos e Dispendios extra orçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispendios extraorçamentários estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, aos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como o cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, dentre outros.

Balanco Orçamentário (BO)

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Nota Explicativa 15

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRC para o exercício de 2020 foi aprovado por meio da Resolução nº 534/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 2.131.172,00 e alterações de acordo com os créditos adicionais aprovados.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 9.923,50. Esse superávit foi decorrente de repasses da subvenção por parte do CFC como auxílio nos pagamentos das despesas correntes, visto que o ano de 2020 foi muito difícil em virtude da pandemia do Corona vírus enfrentado por todo o país.

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP)

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. Até o dia 31 de dezembro, totalizou R\$ 51.035,74 (cinquenta e um mil trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC evidencia as alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Federal nos exercícios de 2020 e 2019, apresentando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento registradas no período.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade do CFC de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido nos exercícios de 2020 e 2019, bem como, sua evolução no período. Ressalta-se o incremento de 203,89% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2019

Aracaju/SE, 15 de março de 2021.

Vanderson da Silva Mélo
Presidente CRCSE

Simone Alves de Souza Santana
Contadora CRCSE nº 4736/O